

BÁRBARA CAROLINA DOMINGOS PEREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
ESCOLAR NO PARANÁ: LIMITES E POSSIBILIDADES NA VIVÊNCIA
DE ESCOLAS ESTADUAIS DE MARINGÁ-PR**

MARINGÁ

2012

BÁRBARA CAROLINA DOMINGOS PEREIRA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
ESCOLAR NO PARANÁ: LIMITES E POSSIBILIDADES NA VIVÊNCIA
DE ESCOLAS ESTADUAIS DE MARINGÁ-PR**

Projeto para Trabalho de Conclusão de
Curso – TCC apresentado ao Curso de
Pedagogia, como requisito parcial para
cumprimento das atividades exigidas na
disciplina do TCC.

Coordenação: Prof^a Renata Marcelle Lara
Pimentel

Orientação: Prof. Dr. Raymundo de Lima

MARINGÁ

2012

AGRADECIMENTOS

Não há como não oferecer o meu principal agradecimento ao Autor da minha vida, que me auxiliou nos momentos mais difíceis da produção deste trabalho, sendo minha força e meu impulso pra continuar quando eu pensava que não iria mais conseguir. Portanto, primeiramente, eu agradeço a Deus, pois sem Ele eu nada seria e nada conseguiria fazer. Se não fosse a sua paz e sua fidelidade eu não chegaria até aqui. Foi por causa Dele que eu iniciei esse curso e é com Ele e por Ele que chegarei à sua conclusão.

A Ti toda Honra e toda Glória, meu Deus!

Agradeço também aos meus pais, que me apoiaram em cada momento do curso, incentivando-me nessa caminhada, muitas vezes difícil. Obrigada pelo tempo, atenção, recursos e carinho dedicados a mim. Agradeço pelo apoio, mesmo em momentos que quase não nos víamos, devido à correria da faculdade. Obrigada por me compreenderem. Serei eternamente grata a vocês.

Aos meus professores que, por meio do seu vasto conhecimento, me permitiram olhar o mundo de uma maneira mais ampla e crítica, podendo assim iniciar a construção da minha identidade profissional, por meio do exemplo e experiência de cada um de vocês.

Agradeço especialmente ao meu orientador Raymundo de Lima, que aceitou o desafio de orientar o meu projeto e demonstrou-se dedicado à construção e reconstrução deste Trabalho de Conclusão de Curso. Obrigada por seus conhecimentos, que enriqueceram não só o meu trabalho, mas a minha maneira de pensar.

E como não agradecer ao meu melhor amigo e namorado João Paulo, que dedicou tempo e paciência a mim nesse último ano de faculdade, tão corrido e atarefado. Obrigada por me apoiar sempre, por confeccionar as atividades para as crianças comigo e por não me deixar desanimar. O seu amor por mim me faz querer ser melhor e ir além. Obrigada!

Ao grupo de dança Adorart Teens, que suportou as minhas faltas aos ensaios, principalmente nesse ano de TCC. Vocês são muito especiais pra mim.

Aos meus amigos das reuniões de quinta feira, que me ajudaram muito ao lembrar-se de mim em suas orações.

Aos queridos amigos Guilherme Nascimento, Dani Traspadini e Marcos Drumond que me ajudaram a concluir este trabalho. Valeu Galera!

Por fim, agradeço às minhas amigas de classe, que me proporcionaram tantos momentos felizes e divertidos, mesmo em meio às pilhas de textos para estudar. Sem vocês tudo seria sem graça, sem cor e mais difícil. Sempre vou me

lembrar de nossas “piadas internas” e das nossas “briguinhas” também, porque tudo contribuiu para que nossa amizade ficasse mais forte e verdadeira. Obrigada por tornarem essa jornada em algo mais leve e prazeroso. Vou sentir falta de vocês, de nossos jantares na Cláudia e de nossas idas à padaria da esquina.

Como é bom poder escrever esses agradecimentos a pessoas tão queridas e saber que mais uma etapa da minha vida foi vencida. Graças a Deus concluo, com esse trabalho, mais um desafio da vida.

E que venham muitos outros desafios!

*“Ó profundidade da riqueza, da sabedoria e
do conhecimento de Deus!*

*Quão insondáveis são os seus juízos, e inescrutáveis os
seus caminhos!*

*Quem conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi seu
conselheiro?*

Quem primeiro lhe deu, para que ele o recompense?

*Pois dele, por ele e para ele são todas as coisas. ele seja
a glória para sempre! Amém.”*

Romanos 11:33-36

RESUMO

A violência na escola tem se mostrado como um fenômeno que apresenta significativo crescimento e é este clima de tensão que os professores, equipe pedagógica e demais funcionários da escola são obrigados a enfrentar todos os dias. Diante disso, nosso trabalho de conclusão de curso tem o objetivo de analisar as atitudes de enfrentamento à violência nas escolas, projetadas pelo governo do Paraná, a fim de subsidiar as instituições de ensino público do Estado, fazendo uma análise sobre como tais programas se efetivam na prática, e, qual sua eficiência. Além de nos voltarmos, também, para medidas independentes usadas por alguns colégios para combater a violência, segundo suas possibilidades e limites. O interesse pelo tema e sua problematização surgiu durante um breve período de estágio em um colégio estadual da região de Maringá. A pesquisa se faz relevante, à medida que auxilia na compreensão da violência no ambiente escolar e a compreensão de quais são as políticas de governo e medidas efetivas adotadas a fim de combatê-la.

Palavras-chave: Violência nas escolas. Políticas públicas para violência nas escolas. Indisciplina na escola. Educação e violência.

ABSTRACT

The violence in the school has been appeared as a phenomenon that has a significant growth, and it is the situation of stress that the teachers, pedagogic staff and other school employees are forced to face everyday. In view of this, our conclusion of course work has the aim of analyse the attitudes for facing the violence in the schools, projected by the Paraná Government, in order to subsidize the institutions of Public Education of the State, making an analysis about how these programs become effective in practice, and what is its efficiency; also foccuse in the independent actions that some schools offers to combat the violence, according to your limits and possibilities. The interesting for this subject and its problematization arose during a quick period of estágio in a state school in the region of Maringá, and the research is relevant, once it helps in the comprehension of the violence at the school environment, and the comprehension of what are the policies of government and the effective actions adopted in order to fight against it.

Keywords: Violence in schools. Public Policies for school violence. Indiscipline in schools. Education and violence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
2 CONCEITO DE VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	12
3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR.....	20
3.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR NO BRASIL	20
3.2 ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR NO PARANÁ	22
3.2.1 PATRULHA ESCOLAR	24
3.2.2 PROGRAMA ESCOLA QUE PROTEGE	27
3.2.3 PLANO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA ESCOLAR NO PARANÁ	28
4 ENTREVISTAS.....	29
4.1 COLÉGIO ESTADUAL I	31
4.2 COLÉGIO ESTADUAL II	31
4.3 COLÉGIO ESTADUAL III	32
4.4 COLÉGIO ESTADUAL IV	32
4.5 SÍNTESE DAS ENTREVISTAS	33
5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	35
5.1 PROGRAMAS DO GOVERNO ESTADUAL NOS COLÉGIOS.....	36
5.2 MEDIDAS PREVENTIVAS ADOTADAS PELOS COLÉGIOS	40
5.3 ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NO COMBATE À VIOLÊNCIA	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS.....	49
ANEXOS.....	53

1 INTRODUÇÃO

Discorreremos aqui sobre o tema da violência escolar, fenômeno bastante abrangente e cada vez mais abordado pelas mídias atuais. Segundo Almeida (2009), para compreender o caráter da violência escolar é preciso refletir sobre a sociedade capitalista e a dimensão sociológica da violência, pois a escola é apenas uma parte pequena de um complexo contexto social, portanto, um estudo sobre o tema violência escolar deveria admitir vários pontos de vista, abertura ao diálogo e debates sistemáticos.

Evidentemente, em nosso cotidiano, a violência escolar tem se mostrado como um fenômeno que apresenta significativo crescimento, e é neste clima de tensão que os professores, equipe pedagógica e demais funcionários da escola têm de trabalhar todos os dias. Durante um curto período de estágio dentro de uma instituição pública de ensino, percebemos o quanto a violência causa impacto negativo no trabalho pedagógico e no ambiente escolar. Por vezes, notamos professores e funcionários sem saber como agir diante de algumas situações de agressões verbais e físicas ou depredações ao patrimônio da escola.

Uma pesquisa que busca compreender de que maneira a equipe escolar lida com os problemas da violência pode ser pertinente para que se esclareça o quão grave esse fenômeno tem se tornado, e até que ponto as medidas de enfrentamento dos atos violentos dentro da escola tem sido eficazes.

Com o intuito de divulgar uma “Cultura de Paz”, a Representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (UNESCO) no Brasil, lançou o livro “Violência das Escolas”, que tem sido tomado como referência nas discussões de enfrentamento à violência escolar. Abramovay (2002), em uma versão resumida do livro da UNESCO, indica que o material aborda a importância de se respeitar e dar respaldo aos profissionais da educação:

A Cultura de Paz pressupõe o combate às desigualdades e exclusões sociais e o respeito aos direitos de cidadania. A escola pode ser um local privilegiado de combate à violência, mas, para isso, necessita de profissionais respeitados, com conhecimento de pedagogia, cabendo ao poder público investir na formação e reciclagem destes profissionais, como, também, adotar estratégias para fazer prevalecer o direito e os deveres do professor. (ABRAMOVAY, 2002, p.73)

As recomendações feitas no livro reivindicam a implementação de políticas públicas que combatam a violência escolar, e, que tenham o apoio do governo federal, estadual, municipal e da sociedade civil. Recomenda-se que as secretarias acompanhem esse processo de implementação das políticas, “contribuindo com a preparação de pessoal e de material para treinamento de funcionários, além de discutir políticas de gestão e segurança com autoridades escolares e com a comunidade.” (ABRAMOVAY, 2002, p.75)

Neto (2005) afirma que, ao caracterizarmos a violência escolar, estamos nos referindo aos comportamentos agressivos que incluem conflitos interpessoais, ações criminosas, danos ao patrimônio etc. O autor alega que essas situações de violência, muitas vezes, precisam de auxílio externo ao da escola para que sejam resolvidas, porém, ele destaca que para muitos casos a solução pode, também, ser obtida dentro do próprio ambiente escolar.

Pode-se perceber a necessidade de um amparo maior ao assunto, que deve partir tanto da própria escola quanto das políticas públicas que regem a educação do Estado. Assim, nos propomos aqui a destacar as principais medidas que o governo do Paraná tem apresentado para enfrentar o problema da violência nas escolas, juntamente com uma investigação sobre como algumas instituições de ensino têm usufruído de tais iniciativas e quais têm adotado para além delas.

Não se pode dizer que programas que visam combater a violência escolar são inexistentes, entretanto, pode-se afirmar que tais programas têm sido executados dentro das escolas? Além disso, eles têm sido eficazes no que diz respeito a combater a violência escolar? Portanto, pretende-se aqui investigar, tanto na fala dos pedagogos quanto nas políticas públicas, de que forma essa organização vem acontecendo.

Tendo em vista o maior número de ocorrências de violência na rede pública de educação, esta será o foco da presente pesquisa. Um levantamento realizado pelo Laboratório de Psicologia do Trabalho em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que diz respeito à frequência de

registros de casos de violência atingindo alunos, professores e funcionários mostra que:

[...] para a 4ª série da rede pública a frequência foi de 14,5% e na particular, 2,4%; nas oitavas séries os índices são mais altos, sobretudo na rede pública, alcançando 24,3%, e nas escolas particulares, 2,6%; na 3ª série do ensino médio as escolas públicas registram 23,1% de ocorrências e nas privadas apenas 3,2%. (GONÇALVES; SPOSITO 2002, p.105).

A violência nas escolas tem aumentado nos últimos anos, e isso não é algo fácil de ser resolvido, pois é histórica e complexa. Sendo assim:

A escola, enquanto espaço de violência, é percorrida por um movimento ambíguo: de um lado, pelas ações que visam ao cumprimento das leis e das normas determinadas pelos órgãos centrais, e, de outro, pela dinâmica dos seus grupos internos que estabelecem interações, rupturas e permitem a troca de ideias, palavras e sentimentos. (PAULA 2008, p. 25).

Diante disso, nosso trabalho tem o objetivo de analisar as políticas de enfrentamento à violência nas escolas, projetadas pelo governo do Paraná a fim de subsidiar as instituições de ensino públicas do Estado. Além de nos voltarmos, também, para quais medidas independentes que os colégios têm levantado ao combater a violência no ambiente escolar.

Na primeira fase do trabalho será realizado um levantamento bibliográfico, envolvendo análise do registro disponível - documentos impressos como livros, artigos, teses - decorrentes de pesquisas anteriores já realizadas. Sendo assim, Lima e Miotto (2007) afirmam que:

[...] a pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (LIMA e MIOTTO, 2007).

Depois de realizado o estudo bibliográfico, iremos para a pesquisa de campo, pois, como afirma Carnevali e Miguel (2001):

A pesquisa de campo é uma fase que é realizada após o estudo bibliográfico, para que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre o assunto, pois é nesta etapa que ele vai definir os objetivos da pesquisa, as hipóteses, definir qual é o meio de coleta de dados, tamanho da amostra e como os dados serão tabulados e analisados. (CARNEVALLI; MIGUEL 2001, p.01).

Assim, entendemos que nossa investigação se caracteriza como uma pesquisa qualitativa e de campo, pois serão realizadas entrevistas com pedagogos da rede pública, e, após a organização dos dados obtidos, vamos compará-los com o material escrito a fim de levantar possíveis conclusões.

Para tanto, o trabalho está dividido em quatro episódios: conceito de violência escolar, políticas públicas para o enfrentamento da violência escolar, entrevistas com pedagogas, e considerações finais.

Na seção de conceito da violência escolar abordaremos o ponto de vista de vários autores sobre o tema, esclarecendo que, apesar dos inúmeros trabalhos e pesquisas realizadas em torno desse fenômeno, ainda há dificuldade de se definir o que pode ser considerado como violência no ambiente escolar, pois tal conceito fica restrito à opinião de cada autor, considerando sua perspectiva teórica, política, ideológica, entre outras.

Em um segundo momento, sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência escolar, discorreremos um breve histórico das políticas de enfrentamento à violência escolar em âmbito nacional, e, em seguida, nos restringiremos a apontar as ações de combate a esse fenômeno no estado do Paraná, elencando os principais programas do governo.

Na terceira parte do trabalho serão apresentados os critérios para a realização das entrevistas, bem como a análise das mesmas, considerando, na fala das pedagogas, quais as variáveis que mais condizem com o objetivo do nosso trabalho. E no quarto momento encerraremos com as considerações finais.

2. CONCEITO DE VIOLÊNCIA ESCOLAR

Quando se trata de violência escolar perceber-se que há indefinição sobre o assunto, tanto na sociedade quanto no ambiente escolar propriamente dito. Cada ator dessa instituição, seja ele professor, aluno, diretor, coordenação, funcionários ou os pais dos alunos, embora tenham opinião, não sabem conceituar violência, ou confundem indisciplina com violência, e assim por diante.

Buscar conceituar violência escolar não é tarefa fácil. A dificuldade vai além da conceituação, ou seja, como já foi dito acima, cada autor tem um olhar sobre violência de acordo com sua perspectiva teórica, política, ideológica, além de esse entendimento sobre violência variar “de sociedade para sociedade e até mesmo de grupos que fazem parte de uma mesma sociedade”. (ALÉSSIO, 2007, p. 15). Diante disso, é preciso investigar o conceito e a percepção de violência e defini-la dentro dos objetivos do nosso trabalho.

Afinal, o que seria a violência escolar? Podemos distinguir a violência escolar da violência em geral que ocorre na sociedade contemporânea? Como delimitar sua conceituação? Ela se limita às agressões físicas ou também abrange palavras grosseiras? O racismo seria violência? E os atos de vandalismo contra o patrimônio escolar? O automóvel de um docente que sofre dano intencional nas dependências da escola pode ser incluído como violência escolar? Ou seja, existe um vasto campo de perguntas que somente ampliam a caracterização sobre a violência que ocorre nas escolas hoje.

Diante disso, neste capítulo, apresentaremos a compreensão de alguns autores sobre violência escolar, pontuando, quando necessário, aspectos cruciais sobre essa temática, a fim de que possamos melhor compreendê-la.

Silva (2009) afirma que é difícil tratar de violência escolar em razão da maneira como se encontra organizada a sociedade contemporânea. A autora alega que a violência ocorre de várias formas e se faz presente nos diversos setores sociais. Tal fenômeno pode ser conceituado como uma utilização injusta da força-física a fim de obrigar o outro a fazer algo contra a sua vontade (SORGE, 1993, p.9 *apud* SILVA, 2009).

Outra definição de violência amplamente aceita, de Sposito (1998), descreve esta como sendo “todo ato que implica na ruptura de um nexos social pelo uso da força” (p.3).

Entretanto, o nível de reconhecimento dessa violência é definido pelos atores nos contextos em que ela se realiza. Sendo assim, como delimitar o que é ou o que não é violência no contexto escolar? Eis aqui uma tarefa árdua e que exige colaboração entre os atores escolares, para que juntos alcancem um consenso e trabalhem de forma coletiva diante das situações do dia-a-dia.

Para Debarbieux (2002), a violência escolar tem ganhado o interesse da mídia e dos políticos, porém, como defini-la? Para o autor, se expandirmos a definição de violência, correremos dois riscos: primeiramente, o risco epistemológico de hiperampliar o problema até torná-lo impensável, e em segundo lugar, o risco político de vir a criminalizar padrões comportamentais comuns, ao inclui-los na definição de violência. Por outro lado, uma definição excessivamente limitada pode excluir a experiência de algumas das vítimas, ignorando o fato de que a pior violência deriva da microviolência¹. (DEBARBIEUX, 2002, p. 60)

Abramovay e Rua (2003) citam o quão difícil é fazer uma análise sobre violência - sobretudo a violência escolar - principalmente pelo fato de não haver um consenso sobre o que significa esse termo. As autoras descrevem que em outros países o termo pode variar, nos Estados Unidos, por exemplo, é, frequentemente, usado quando se quer indicar uma delinquência juvenil, e na Inglaterra somente é utilizado quando aponta um conflito entre alunos e docentes ou em atividades que, conseqüentemente, causem suspensão, disciplina ou prisão.

Há diversos tipos de violências dentro das escolas, de acordo com Abramovay e Rua (2003), e para compreender melhor essa variedade, é preciso analisar aspectos internos e externos a escola, tendo em vista as características tanto das vítimas quanto dos agressores e dos ambientes nos quais eles transitam, dentro e fora da escola. (p.24). Dentre alguns aspectos exógenos que devem ser

¹ Microviolência, segundo Debarbieux (2002) seria “mais sensível para abordar as violências em processo interativo” (Castro, 2009), ou seja, violência repetida, quase imperceptível, mas que vai se acumulando e pode resultar em graves danos, traumas profundos nas vítimas, estresse, introversão.

considerados, citamos: gênero, relações raciais, situações familiares, influências dos meios de comunicação, espaço social das escolas. Já sobre os aspectos internos, temos: idade ou nível de escolaridade dos estudantes, as regras e disciplinas dos projetos pedagógicos, comportamento das professoras com os alunos.

Ainda sobre o conceito de violência escolar, para Abramovay e Rua (2003, p. 21-22), ele é ampliado por Charlot (2002), ao classificá-lo em três níveis:

- a. **Violência:** golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos;
- b. **Incivilidades:** humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito;
- c. **Violência simbólica ou institucional:** compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho; a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também o é a negação da identidade e da satisfação profissional aos professores, a obrigação de suportar o absenteísmo e a indiferença dos alunos.

Nesse sentido, percebemos como as definições do que pode vir a ser violência podem ser extensas, depende de como o autor olha e compreende esse fenômeno. O sociólogo francês, Bernard Charlot, mencionado acima, afirma que a violência escolar não é um fenômeno novo na escola, novas são as tamanhas proporções que ele tem atingido. De acordo com o sociólogo, existem quatro pontos dessas novas formas de violência que têm gerado uma verdadeira angústia social diante dos acontecimentos escolares na França.

Primeiro, são pontuadas as formas de violências com gravidade, que tem aparecido no interior da escola, tais como homicídios, estupros e agressões com armas, entre outros.

Em segundo lugar, aparecem algumas formas de violência que têm sido observadas entre os mais jovens, especialmente na pré-escola. Para o autor, as professoras de maternal já se veem encarando novos tipos de violência diante de crianças de quatro anos de idade, o que leva os adultos a se perguntarem como serão essas crianças quando chegarem à adolescência.

A terceira nova forma de violência que tem causado angústia social são as “intrusões externas” nas escolas, que são grupos de amigos ou pai/ mãe, que entram na escola para vingar alguma injustiça cometida por algum aluno. Um fato assim, ocorrido numa determinada escola, faz dela um local de insegurança e sem proteção, ainda que medidas nesse sentido tenham sido tomadas pela direção da escola.

E por último, a angústia da comunidade escolar, como o estado de alerta dos docentes e funcionários da instituição de ensino, que sabem que mesmo em tempos de calma, a qualquer instante, algum ato de violência pode irromper e, assim sendo, todos vivem sob um ambiente de ameaça permanente.

De fato, a observação do sociólogo francês não se distancia muito do que acontece nas escolas do Brasil. Vemos casos de alunos que agredem brutalmente seus professores, ou alunos que se reúnem em grupos para atacarem outro colega e até mesmos alunos que invadem a escola para destruir o prédio e os equipamentos escolares. Portanto, esta forma de violência supera as tradicionais “brigas” entre alunos.

Charlot (2002) ainda distingue a violência escolar em: violência “na” escola, “à” escola e “da” escola.

A violência “na” escola é aquela que ocorre dentro do espaço escolar, mas não está relacionada às atividades da escola; poderia ter acontecido fora dos muros da escola. Quando, por exemplo, um grupo invade a escola para um ato de briga, ou para vender drogas, estamos diante da violência “na” escola.

Já a violência “à” escola (ou “contra” a escola) está amplamente relacionada ao patrimônio escolar ou aos seus agentes. No primeiro caso, trata-se dos atos de vandalismo e depredação ao patrimônio da escola (pichações, quebra de carteiras, roubos de aparelhos). Podemos incluir aqui, os insultos e ameaças de alunos aos professores e funcionários, porque estes são representantes ou agentes da escola.

Por fim, a violência “da” escola que se caracteriza pela violência simbólica² praticada pela própria escola. Esta forma de violência “invisível” tanto é praticada pela própria instituição como por seus professores. Assim, a escola no sistema capitalista, pratica violência simbólica quando “reproduz” no ato de ensino-aprendizagem as classes sociais, a discriminação ou exclusão, através dos currículos, linguagem e atos do cotidiano escolar. Assim sendo, os alunos podem sofrer este tipo de violência na atribuição de notas, organização das classes, palavras desrespeitosas, atos racistas etc.

Para Charlot (op. cit.), essa distinção é necessária, pois, se a escola é impotente diante da violência na escola, ela tem condições de combater a violência **da** e **à** escola. Ao afirmar isso, o autor acredita que a violência escolar não é apenas reprodução daquilo que se passa fora dos muros da instituição, pois, se assim o fosse, a escola estaria de mãos atadas diante desse fenômeno.

Laterman (2002) também observa que a violência que ocorre dentro da escola não é um simples reflexo do que vem acontecendo na sociedade, pois, como explicar escolas tranquilas situadas em comunidades violentas? Como explicar países de primeiro mundo onde ocorrem massacres em algumas escolas? Ainda, estabelecer ligação de reflexo entre a violência que ocorre dentro da escola e a sociedade, talvez pudesse desresponsabilizar os gestores de investigar porque tal violência ocorre naquele ambiente de ensino. É preciso, portanto, sempre investigar as causas e formas de violência ligadas à escola (talvez produzidas por uma cultura

² O conceito ‘violência simbólica’, considerado por Bernard Charlot, foi primeiramente introduzido por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, no livro “A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino” (Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992). A violência simbólica expressa-se na imposição “legítima” e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho e do ambiente escolar. Ou seja, a violência simbólica seria exercida por diferentes instituições da sociedade: Estado, trabalho, mídia, escola, etc., mas sem a visibilidade de ser violência. Assim, ela está presente no processo de dominação dissimulada de uma classe sobre a outra, nos ambientes que por vezes sustentam um discurso dissimulador que legitima a reprodução da condição de classe e/ ou das relações marcadas pelo poder ou prestígio social. Especialmente, é no ambiente escolar que a violência simbólica não é percebida como violência, mas sim como uma espécie de interdição desenvolvida com base em um respeito que “naturalmente” se exerce de um para outro.

específica da escola³), para, no mínimo, cobrar dos órgãos públicos e da instituição escolar os compromissos obrigatórios desta última para com a sociedade.

Diante disso, Aquino (1998) alega não ser concebível o pensamento de que a escola é o espelho direto das relações extraescolares, pois, segundo o autor, é evidente que “algo de novo se produz nos interstícios do cotidiano escolar, por meio da (re)apropriação de tais vetores de força por parte de seus atores constitutivos e seus procedimentos instituídos/instituintes.” (AQUINO, 1998, p.10). Guimarães (1996b) é defensora do mesmo pensamento ao afirmar que: a escola também produz sua própria violência e indisciplina, que obviamente causa efeitos de retorno à comunidade escolar.

Sposito (1998) observa que nos estudos que investigam a violência escolar, por vezes aparece a associação do determinismo das relações sociais e históricas com o quadro de violência das escolas. O que instiga o aparecimento do binômio pobreza e violência; mas a autora afirma que essa relação não é coerente à medida que escolas de grandes cidades, situadas na mesmas periferias, não apresentam os mesmos problemas de violência, ou, se assim fosse, como poderíamos explicar as violências presentes nas escolas de classes médias urbanas?

De acordo com alguns estudos realizados no Brasil acerca de regiões que apresentavam o maior índice de violência, o resultado apontou para áreas em que o nível de desigualdade social era mais explícito, e não, necessariamente, em regiões nas quais havia um alto índice de miséria. Sposito (1998) concorda com os resultados da pesquisa:

Talvez um exemplo importante dessa situação possa ser visualizado na cidade do Rio de Janeiro, que constrói um espaço urbano onde incluídos e excluídos vivem cotidianamente esta relação de confronto, de mútua negação – a abundância de um segmento diante da miséria do outro – e interações complementares entre

³ Referimos a “cultura escolar”, conforme o artigo dos autores: FARIA FILHO, L. M. Filho; GONÇALVES, I. A., VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L. A *cultura escolar* como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. In: **Educ. Pesquisa**. v. 30, n.1, São Paulo jan./abr. 2004. Tb. disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf

esses mundos, expressas muitas vezes pelo consumo e tráfico de drogas. (SPOSITO, 1998, p.04).

Não significa dizer que a violência urbana não ronda a escola ou até mesmo a invade. Mas, ainda afirma Sposito (2002, p.07), “ambientes sociais violentos nem sempre produzem práticas escolares caracterizadas pelas violências”. Cabe à escola entender como trabalhar a violência que se eclode dentro da instituição escolar, além de exigir do governo sua efetiva colaboração na resolução do problema da violência, seja aplicando programas, preparando os professores, enviando recursos para trabalhos com a comunidade local, enfim. O problema começará a ter solução quando cada organização assumir a sua responsabilidade diante da atual situação da escola.

Tendo em vista esse quadro de conceituações, definições e questionamentos sobre o que é ou não violência, percebemos que mesmo entre os autores ainda há um cenário de discussões, discordâncias e incertezas sobre o que vem a ser esse fenômeno. Portanto, torna-se possível compreender porque dentro do contexto escolar ainda esteja presente um descompasso para se definir e se compreender o que vem a ser violência escolar.

Em nossa trajetória como estudantes de Pedagogia, reconhecemos que as questões relacionadas à violência escolar são pouco analisadas e discutidas, tendo em vista tanto a divulgação dos acontecimentos pela imprensa como de algumas pesquisas publicadas sobre o assunto. Ao mesmo tempo em que todos presenciam e sofrem essa mesma violência, parece existir “uma conspiração de silêncio sobre a violência no cotidiano da escola” (ALÉSSIO, 2007),

Apesar desta renegação, o participante do ambiente escolar não pode ignorar que exista a violência neste espaço, mas deve lutar para que ocorram mudanças. De acordo com Peres e Peres (2008):

A Educação, na perspectiva histórico-social, se propõe a ser uma ação para transformação social; assim, a área educacional não pode prescindir do planejamento, ou seja, é necessário, para sua eficiência, estabelecerem-se planos, programas de ensino ou projetos pedagógico-educacionais. Planos, programas ou projetos são produtos; que podem ser registrados em forma de documentos ou não. [...] Deve ser entendido como processo; é permanente, e não pode ser concebido apenas como algo anterior à ação. (PERES; PERES, 2008, p. 176)

Dessa forma, tendo em vista a complexidade do fenômeno da violência escolar, é preciso considerar a organização de reuniões entre professores, pais e funcionários a fim de se chegar a um consenso sobre o conceito de violência e, a partir de então, definir quais as devidas posturas a serem tomadas para superá-la. É preciso ainda questionar quais causas sustentam a “conspiração do silêncio” sobre o assunto entre os agentes escolares.

Evidentemente, há situações “normais” ou “previsíveis” de incivilidade, agressividade entre alunos-alunos e alunos-professores-funcionários que podem ou devem ser resolvidas no ambiente escolar. Mas quando se trata de “violência”, caracterizada na linguagem policial de “ato infracional”, ou que causou “lesão” corporal, é responsabilidade dos agentes da escola, primeiro registrar e depois comunicar o fato às autoridades constituídas na sociedade, para que elas tomem medidas cabíveis, que extrapolam o âmbito da escola.

A violência escolar atrapalha a escola em sua função pedagógica e civilizadora, tanto em transmitir os conhecimentos historicamente produzidos de forma sistemática quanto de formar o cidadão. Assim, nos valem aqui do pensamento de Abramovay e Rua (2002), sobre a violência escolar ser um fenômeno preocupante à medida que:

[...] afeta diretamente agressores, vítimas e testemunhas dessa violência e, principalmente, contribui para romper com a ideia da escola como lugar de conhecimento, de formação do ser, de educação, como veículo, por excelência, do exercício e aprendizagem, da ética e da comunicação por diálogo e, portanto, antítese da violência. (ABRAMOVAY; RUA, 2002, p.26).

Tendo em vista os argumentos apresentados, entendemos que o problema da violência escolar, para que possa ser solucionado, precisa da participação de todos os envolvidos com a instituição escolar. Peres e Peres (2008) apontam que existem fatores externos (sociedade e comunidade) e internos (escola) que influenciam no enfrentamento à violência escolar, tanto de forma positiva como negativa. De acordo com os autores, os fatores externos que dizem respeito ao contexto social e comunitário, mostram-se como uma ameaça para escola quando apresentam falta

de policiamento e alta criminalidade, mas, demonstram oportunidades de combate à violência quando contam com a participação de associações da comunidade e a sociedade, organizada na luta pela efetivação das políticas públicas. Já os fatores internos que prejudicam a escola nesse sentido, são: a falta de atualização e a falta de esclarecimento consistente dos professores. O ponto positivo é o interesse dos docentes em proteger crianças e adolescentes da violência escolar.

Dado o exposto, apresentaremos as políticas públicas e os programas do governo do Paraná, que garantem o combate à violência escolar a fim de, posteriormente, analisarmos como essas políticas têm sido aplicadas e de que forma os colégios apresentam ações preventivas contra a violência.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

3.1 Histórico da política de enfrentamento a violência escolar no Brasil

Os primeiros indícios de políticas públicas, que dizem respeito à violência escolar, se desenvolveram a partir da década de 1980, durante o processo de democratização do país, período em que havia um consenso no meio acadêmico e político de que era preciso democratizar as escolas, dando abertura a toda população para a educação formal, além de melhorar a qualidade de ensino (GONÇALVES; SPOSITO, 2002). Portanto, pautadas nos discursos de gestão democrática e envolvimento da comunidade situada em volta da escola com a mesma, as administrações brasileiras buscavam políticas para eliminar a violência do meio escolar. Entretanto:

[...] havia (e ainda há) um quadro predominantemente desfavorável para a redução dessa violência. As condições de trabalho e os salários de magistério público continuavam deteriorados em toda a década, não obstante esforços isolados de algumas administrações, visando a sua correção. A base dos estabelecimentos escolares padece, em grande parte, de problemas crônicos quanto ao estado de conservação dos prédios e ausência de equipamentos. (GONÇALVES; SPOSITO, 2002, p. 108).

Ainda, Gonçalves e Sposito (op. cit.), citam uma pesquisa com professores da rede pública, abordando o tema violência e segurança. A pesquisa foi realizada pelo

Laboratório de Psicologia do Trabalho, da Universidade de Brasília (CODO, 1999) e apresentou diversos resultados dentre os quais podemos citar: a conclusão de que a violência escolar é mais comum em escolas de grande porte e que se encontram nas capitais brasileiras; os principais tipos de violência encontrados são “contra” a escola (depredações e furtos), violência entre os alunos e contra os professores. Outra pesquisa também realizada pelo mesmo laboratório, em parceria com a CNTE, demonstrou que o quadro de violência é maior na rede pública de ensino do que na rede privada.

Os autores afirmam que os primeiros passos rumo às “políticas públicas”⁴ contra a violência escolar foram dados pelo Ministério da Justiça, devido ao crescente registro de homicídios entre os jovens em meados da década de 1990. Esse ministério tomou a frente das iniciativas contra a violência escolar, e estabeleceu no mês de junho de 1999 “uma comissão de especialistas, encarregada de elaborar diretrizes para enfrentar a violência nas escolas, contando com a parceria de alguns institutos de pesquisa e algumas organizações não governamentais.” (GONÇALVES; SPOSITO, 2002, p.106).

Desse modo, a política pública voltada para algo como a prevenção à violência escolar se caracteriza como sendo intervenção do Estado, visando proteger a própria sociedade e suas instituições (escola, universidade) a fim de atender os objetivos das mesmas, gerenciando os conflitos por meio da implementação de programas e de ações que estejam voltadas para setores específicos da sociedade. (PRIOTTO, 2008).

Portanto, muitas iniciativas foram desenvolvidas visando à prevenção da violência no contexto escolar. Um dos primeiros programas lançados pelo Ministério

⁴ Podemos resumir o conceito de políticas públicas, de acordo com Souza (2006), como sendo: [...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p.26).

da Justiça foi o Programa Paz nas Escolas em 2000, que atingiu catorze estados brasileiros, respeitando a dinâmica de cada região, trabalhando para desarmar a população e integrando a ação de policiais e jovens na resolução de conflitos e na capacitação de professores. O Programa capacitou milhares de professores para elaborarem Parâmetros Curriculares Nacionais, com ênfase em temas transversais de Ética e Cidadania. (GONÇALVES; SPOSITO, 2002, p.107)

Gonçalves e Sposito (op. cit.) pontuam que, a partir da década de 1980, as escolas passaram a considerar a ideia de gestão democrática articulada com a abertura da escola aos demais atores sociais como um caminho para resolver a violência escolar. A partir desse período, surgiram novas condições no universo educacional que favoreceram mudanças nesse sentido, tais como “novas formas de organização dos ciclos escolares, de avaliação discente e de orientações curriculares, que foram propostas em âmbito nacional, estadual e municipal, com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases – LDBEN- em 1996” (GONÇALVES e SPOSITO, 2002, p.109).

Em suas pesquisas, os autores supracitados concluíram que o crescente quadro de violência escolar tem gerado pânico nas escolas, o que tem acarretado medidas de forte policiamento, câmeras de vigilância, catracas, etc. ou ainda, medidas de controle e vigilância dos alunos, como acontece na cidade de São Paulo. Porém, tais medidas nem sempre têm sido eficazes para a resolução do problema. Observou-se também que, a abertura da escola para a comunidade e uma gestão democrática contribuíram para a redução da violência escolar em algumas escolas, no entanto, para que as escolas estejam abertas à população são necessários espaços escolares com condições favoráveis, além de dispositivos de responsabilidade da própria comunidade.

3.2 Enfrentamento à violência escolar no Paraná

Diante disso, voltamos nosso olhar para o Estado do Paraná, com o intuito de investigarmos quais programas, ações e projetos o governo do Estado tem promovido, ao longo dos anos, a fim de combater a violência no ambiente escolar.

O Instituto Sangari, por meio do Mapa da Violência do Brasil, vem divulgando desde 1998 os índices de violência entre a juventude de todos os estados brasileiros, de maneira detalhada, abrangendo homicídio, suicídio e mortes em acidentes de transporte. De acordo com os dados levantados pela pesquisa, ao longo dos anos, no Paraná os índices de violência aumentaram cerca de 103,2% em uma década, e ele se apresenta como o estado com maior número de casos de homicídios da Região Sul, conforme mostra a tabela a seguir. (WAISELFISZ, 2012).

Tabela com Número de Homicídios por UF e Região. Brasil. 2000/2010*

UF/Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Δ%
SUL	3851	4347	4704	5078	5408	5612	5715	5918	6609	6724	6454	67.6
Paraná	1766	1039	2226	2525	2813	2981	3095	3112	3453	3695	3588	103.2
Rio Grande do sul	1662	1848	1906	1900	1963	2015	1964	2174	2367	2229	2061	24.0
Santa Catarina	423	460	572	653	632	616	656	632	789	800	805	90.3

Fonte: SIM/SVS/MS. *2010: dados preliminares

Os dados da pesquisa apontam que no ano de 2000 o Paraná era o 16º estado com o maior índice de homicídios do Brasil, e em 2010 ele passou a ocupar a 9º posição. Mas os números por capitais são ainda mais assustadores para os paranaenses, pois Curitiba ocupa (dados de 2010), o 6º lugar de capital brasileira com o maior número de homicídios. (WAISELFISZ, 2012).

A pesquisa continua apresentando números altos de violência no Paraná, apontando que este se caracteriza como um estado onde morrem mais brancos do que negros, pois se encontra como o primeiro estado em Taxa de Homicídio de pessoas brancas. E no que diz respeito à taxa de homicídios femininos (em 100 mil

mulheres), o Paraná se encontra em 3º lugar, colocando-se atrás apenas do estado do Espírito Santo e de Alagoas.

Em recente pesquisa, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Curitiba foi a terceira capital brasileira em casos de *bullying* do país, na qual cerca de 32,2% dos estudantes responderam que já sofreram algum tipo de violência com considerável frequência, seja ela física ou moral. A pesquisa avaliou tanto escolas públicas quanto privadas, de todas as capitais brasileiras, sobre o avanço da violência nas escolas do país. (GAZETA DO POVO, 15/06/2010)

Tendo em vista os altos índices de violência no Paraná, também nos deparamos com o crescimento da violência dentro das escolas do estado, o que é explicado por Almeida (2009):

A violência não é somente gerada e/ou reproduzida fortuitamente no interior da escola, ela decorre das práticas sociais que são constituídas na sociedade como um todo. Trata-se então de um caráter sociológico para o entendimento desse processo, ou seja, a escola é apenas uma pequena parte de um amplo e complexo contexto social. (ALMEIDA, 2009, p.03).

Sendo assim, nos questionamos quais têm sido as políticas do governo frente ao aumento da violência nas escolas paranaenses? Existem programas que auxiliam no combate à violência na rede escolar? Quais ações efetivas o governo tem implantado a fim de enfrentar esse fenômeno? Existem projetos ou programas para esse fim? Como está constituída a Patrulha Escolar no sentido de prevenir e combater a violência nas escolas? Pontuaremos, portanto, quais têm sido as principais ações do governo do Paraná com o propósito de enfrentar a violência nas escolas do Estado.

3.2.1 Patrulha Escolar

O Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC) atende às escolas por meio do Programa da Patrulha Escolar Comunitária (PCE) e do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), com o intuito de minimizar a violência presente na rede de ensino estadual e municipal do Paraná.

O objetivo da Patrulha Escolar é atuar, prioritariamente, de maneira preventiva, deixando em segundo lugar a ação repressiva, e, mesmo quando esta ocorre, procura-se o envolvimento da escola e da família no processo de resolução da situação conflitiva.

A Patrulha Escolar Comunitária foi oficialmente lançada como programa de governo em fevereiro de 2004. A fim de operacionalizar o programa, criou-se a “Coordenação Estadual Operacional”, composta por Oficiais e Praças da PMPR e um representante da Secretaria de Estado da Educação (SEED). Essa Coordenação era responsável por planejar as ações e operações da Patrulha Escolar Comunitária, organizando a capacitação dos policiais militares e civis.

O Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária foi instituído por meio da Lei Estadual nº 15.745, de 20 de dezembro de 2007 e do Decreto Estadual nº 2.349, de 19 março de 2008.

O programa está dividido em cinco etapas:

- Avaliação das instalações físicas quanto à funcionalidade e segurança – os policiais visitam a escola e avaliam as instalações do lugar, orientando a direção sobre possíveis adaptações no ambiente a fim de melhorar a segurança.
- Diagnóstico escolar – realização de diagnóstico da realidade local por meio de perguntas à comunidade escolar:
 - Quais os problemas de segurança que você identifica em sua escola?
 - Que soluções você identifica para estes problemas?
 - De que forma você se compromete com essas soluções?
- Execução pela administração e comunidade escolar – etapa em que a comunidade fica responsável pelas devidas mudanças, recebendo apoio da equipe da Patrulha Escolar.
- São previstas palestras visando à transmissão de conhecimentos que possibilitem mudanças dos problemas apresentados na segunda etapa. As palestras serão apresentadas pelos policiais-militares da Patrulha Escolar, a cada segmento da comunidade escolar, tendo como temas bases para todas as escolas as

orientações sobre segurança, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a prevenção quanto ao uso de drogas.

- Plano de segurança – por fim, será elaborado um plano de segurança, por todos os representantes da comunidade escolar a fim de se registrar as atividades desenvolvidas pelo grupo e estabelecer regras que deem continuidade à segurança.

Em 2008, o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência) foi incorporado ao BPEC (Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária). O PROERD é uma ação preventiva com relação às drogas e à violência dentro das escolas e faz parte das políticas públicas do Estado do Paraná.

O PROERD possui convênio com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, com as Secretarias de Educação dos Municípios e das Escolas Particulares e com órgãos que participam no processo de formação dos policiais.

Baseado no Programa Americano denominado *Drug Abuse Resistance Education* (D.A.L.E), as atividades do PROERD são aplicadas a alunos de quartas e sextas séries do Ensino Fundamental, além de ocorrerem também, cursos para pais e responsáveis. Os policiais participantes do programa são treinados e se reúnem uma vez por semana com as crianças, criando um vínculo afetivo com as mesmas.

As atividades do programa apresentam linguagem acessível, tendo sido desenvolvido um currículo próprio para o programa com as seguintes lições: (Dia-a-Dia Educação, Governo do Paraná):

- Adquirir as habilidades e conhecimentos para reconhecer e resistir à pressão dos companheiros ou grupos quando do oferecimento de álcool, cigarros ou outras drogas;
- desenvolver a autoestima;
- aprender técnicas de como ser seguro;
- maneiras de dizer não às drogas;
- aprender alternativas positivas quanto ao uso de drogas;
- aprender a lidar com o estresse e resolver conflitos;

- resistir ao envolvimento com gangues;
- redução da violência;
- consequência dos atos de vandalismo e violência;
- aprender a tomar decisões;
- construir habilidades de comunicação;
- noções de cidadania.

3.2.2 Programa “Escola que protege”

A “Escola que protege” é um programa de política pública de educação, de âmbito nacional (que foi também incorporado pelo governo do Paraná). Tem como finalidade enfrentar a violência, por meio da formação continuada de profissionais da educação básica. Como responsáveis pelo programa estão o MEC e a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD).

O objetivo do programa é que os profissionais sejam capacitados para atuarem de forma qualificada na prevenção, atenção e reinserção social e educacional de crianças e adolescentes em situações de violência física, psicológica, negligência/abandono, violência sexual, exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e exploração do trabalho infantil. (Dia-a-Dia Educação – Governo do Paraná).

Nos objetivos específicos se encontram a intenção de construir um ambiente escolar, que possibilite a execução das políticas públicas desenvolvidas a fim de proteger, integralmente, a criança e o adolescente em situação de risco ou violência.

O curso tem duração de 80h, com certificado da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Quando passamos a analisar a proposta desse programa nos questionamos se os docentes realmente têm condições de “trabalhar” a complexidade da violência e da violência específica que ocorre na escola, além do processo pedagógico em si, que já não se caracteriza como uma tarefa fácil em nossa época.

As propostas do Programa parecem coerentes, por exemplo, sugere a implementação de um sistema que integra o encaminhamento de fluxos e informações, possivelmente, para que haja um trabalho mais eficaz das organizações responsáveis pela proteção da criança e do adolescente nas escolas com maiores índices de violência.

Entretanto, o que não deve acontecer é o professor ser colocado como alguém que pode resolver todos os problemas dos alunos da escola, pois, dessa maneira, o docente se perde em sua função de educador. Ele, efetivamente, precisa aprender a identificar casos de violência em seus alunos, mas também deve ter consciência de que esse problema precisa ser resolvido por outros órgãos, especificamente responsáveis por garantir os direitos das crianças.

3.2.3 Plano Estadual de enfrentamento à violência no Paraná

Para combater a violência escolar no Paraná a Secretaria Estadual de Educação conta com:

- Plano Estadual de enfrentamento à violência contra Crianças e Adolescentes – tem a finalidade de fortalecer a rede de proteção social e é coordenado pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude. Terá vigência de 2010 a 2015, definindo as ações das redes de ensino e instituições que estão articuladas junto a esse processo.
- Comissão Interdepartamental de Enfrentamento à Violência nas Escolas (CIEVE) – desenvolve formação continuada de professores e a produção de material didático, com o intuito de enfrentamento da violência, combate às drogas, indisciplina e evasão escolar.
- Comissão Estadual Interinstitucional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes (CEIEVCA) – responsável por elaborar propostas de intervenção social que estejam de acordo com as políticas públicas de Enfrentamento à Violência e com o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes.

Diante disso, a SEED, por meio da Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos (CDEC), passou a criar e distribuir os Cadernos Temáticos de Enfrentamento à Violência nas Escolas e de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas, que foram distribuídos para as escolas paranaenses em dois lotes, no ano de 2009 e 2010.

Os Cadernos têm como objetivo discutir e subsidiar as ações dos profissionais da educação no que se refere ao enfrentamento à violência na escola e contrapor à banalização da violência, por meio da apresentação de subsídios teóricos aos profissionais da educação, que lhes darão ferramentas para refletir sobre o tema violência escolar.

A seguir, descreveremos as entrevistas realizadas com pedagogas de quatro colégios estaduais com o objetivo de analisar, de que maneira as políticas do governo do Paraná para enfrentar à violência nas escolas, aqui expostas, têm auxiliado às instituições de ensino públicas do Estado. Analisaremos, também, quais as medidas independentes que os colégios têm levantado ao combater a violência no ambiente escolar.

4. ENTREVISTAS

As entrevistas, aqui expostas, apresentam um corte transversal, à medida que se voltam apenas para o presente da realidade da entrevista, sem que ocorra um aprofundamento na história completa do entrevistado. (TOLEDO e GONZAGA, 2011, p. 174).

Ao aplicar as entrevistas optamos por realizá-las nos moldes de uma entrevista semiestruturada, ou seja, as perguntas foram previamente elaboradas a fim de orientar o caminho que a fala do entrevistado deveria trilhar, de modo que a conversa permanecesse em torno do assunto abordado. A entrevista semiestruturada pode seguir o ritmo de uma conversa informal, pois o entrevistador, ao apresentar perguntas fechadas e abertas, tem a liberdade de fazer perguntas adicionais, para compreender questões que não foram claramente respondidas ou

retornar ao contexto da entrevista, se, por ventura, o informante apresentar desvio do tema.

Com o intuito de analisar colégios de porte grande e médio localizados em diferentes contextos da cidade de Maringá, optamos por entrevistar pedagogas de quatro colégios estaduais, com algumas características:

- Dois colégios localizados em regiões centrais de Maringá, porém opostas. Ambos de grande porte, tanto pela estrutura arquitetônica como pelo número de alunos e professores.
- Dois colégios localizados na periferia da cidade e em regiões opostas. Caracterizados como colégios de porte médio, com uma estrutura favorável à entrada de pessoas da comunidade na escola; um deles está localizado em uma região de Maringá considerada violenta.

As entrevistas foram realizadas com pedagogas, pois acreditamos que o papel dessas profissionais na escola é de auxiliar o professor em seu trabalho pedagógico, possibilitando assim um melhor fluir do processo de ensino-aprendizagem e formação humana dos alunos. Entretanto, é também, próprio da atitude pedagógica a preocupação e responsabilidade com a dinâmica escolar, isto é, com o bom andamento das atividades de ensino-aprendizagem, dentro e fora da sala de aula, a fim de garantir os direitos e deveres de alunos e professores. De acordo com Libâneo (2006):

Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação histórica. Em outras palavras, pedagogo é um profissional que lida com fatos, estruturas, contextos, situações, referentes à prática educativa em suas várias modalidades e manifestações. (LIBÂNEO, 2006, p.127)

Destacaremos abaixo, breve caracterização dos colégios e das pedagogas entrevistadas e, posteriormente, apresentaremos uma síntese das entrevistas coletadas.

4.1 Colégio Estadual I: (PEDAGOGA A)

Neste colégio a entrevista foi realizada com uma pedagoga de 33 anos, com especialização em gestão educacional; ela exerce o cargo no colégio há três anos. Nosso primeiro contato foi realizado via telefone, por meio do qual marcamos o horário da entrevista. A pedagoga demonstrou-se muito atenciosa e disposta a dar sua contribuição para a atual pesquisa.

Esse colégio estadual, com um pouco mais de novecentos alunos, está localizado em uma das periferias de Maringá, que apresenta altos índices de violência. Ao chegar à instituição nos deparamos com os muros baixos e a facilidade de adentrar à mesma, sem receber nenhum tipo de abordagem por parte de qualquer funcionário. Porém, a equipe pedagógica pareceu organizada e empenhada em seu trabalho rotineiro. A entrevista foi realizada na sala do diretor, sem mais pessoas presentes e em ambiente tranquilo.

4.2 Colégio Estadual II: (PEDAGOGA B)

A pedagoga deste colégio mostrou-se indisponível para estabelecer contato pelo telefone, pois nas primeiras vezes em que ligamos para o colégio ela parecia estar sempre ocupada. Depois de marcada a entrevista, quando chegamos ao colégio, percebemos o quanto seu trabalho é corrido, pois enquanto aguardávamos a entrevista, ela precisou atender quatro ocorrências encaminhadas à sua sala, desde alunos indisciplinados em sala de aula até atendimento aos pais.

A pedagoga mostrou-se muito atenciosa durante a entrevista. Dirigimo-nos à biblioteca do colégio, onde o ambiente estava tranquilo, havia apenas outras duas pessoas no local, trabalhando em atividades de colagem. No início da entrevista, ela informou sua idade, quarenta e seis anos, sua formação em Administração de Empresas e Pedagogia, com especialização em Educação Especial e o tempo em que ocupava o cargo de pedagoga da escola, a saber, quatro anos. O colégio apresentava fácil acesso às suas instalações, pois, assim como no colégio anterior, não havia alguém na entrada para recepcionar os visitantes e seus muros eram

baixos. Localizado em região periférica de Maringá, o colégio pode ser considerado de médio porte, com cerca de setecentos alunos.

4.3 Colégio Estadual III: (PEDAGOGA C)

O colégio em questão está localizado na região central de Maringá, apresentando uma média de dois mil e oitocentos alunos e ótima estrutura arquitetônica. Observamos que, ao entrar no colégio, não havia como acessar o pátio – onde ficavam os alunos ou as salas da equipe pedagógica – sem nos identificar com a secretária que se encontrava à entrada do colégio.

A pedagoga entrevistada possui formação em Letras e Pedagogia, com cinco pós-graduações. Tem sessenta anos e trabalha há nove anos como pedagoga desse colégio. Nosso primeiro contato foi feito por telefone, e ao comparecer à nossa primeira data de encontro, a pedagoga não estava presente no colégio. Porém, logo que entramos em contato novamente, ela desculpou-se pelo ocorrido e marcamos uma nova data. A entrevista foi realizada na sala dela, onde havia outras pedagogas realizando suas atividades, entretanto o ambiente permaneceu calmo durante a realização das perguntas e respostas.

4.4 Colégio Estadual IV: (PEDAGOGA D)

A pedagoga entrevistada tem cinquenta e quatro anos, é formada em Pedagogia, com especialização em Psicopedagogia e trabalha na mesma escola há dezenove anos. Nosso contato, diferente dos demais, foi realizado durante uma entrevista que aplicamos em outro colégio, no qual ela estava desempenhando seu trabalho pedagógico há apenas quinze dias.

A escola está situada no centro de Maringá, e conta com, aproximadamente, dois mil e quinhentos alunos, da Educação Infantil ao Ensino Médio. A estrutura física do colégio pareceu ser muito boa, seus muros eram altos, seus portões permaneciam fechados e, além disso, apresentava uma guarita de recepção, por meio da qual nos identificamos e fomos encaminhados.

4.5 Síntese das entrevistas

A fim de facilitar a síntese das entrevistas, dividiremos as mesmas por tópicos, que foram elencados de acordo com o que se julgou ser mais pertinente descrever e avaliar na fala dos entrevistados.

- **Violências frequentes**

Quando questionados sobre quais os tipos de violências mais frequentes que ocorriam dentro dos colégios as pedagogas citaram características diversas da violência: *bullying*, violência física e verbal, uso indevido de drogas, violência psicológica e desrespeito para com o professor e demais colegas. Entretanto, destacamos que, na maioria dos colégios, o *bullying* é uma ocorrência constante juntamente com a violência física.

Percebemos, contudo, que nos colégios localizados na periferia, as pedagogas expuseram com maior clareza o tipo de violência que ocorre no ambiente escolar. No depoimento de uma das pedagogas desses colégios, ela declara que os alunos jogam carteiras uns nos outros ou dão chutes. A outra entrevistada, também do colégio situado na periferia de Maringá, disse que já houve casos de pessoas que fizeram registro de B.O. (boletim de ocorrência policial) de alunos transgressores. Já nos colégios centrais de Maringá, a questão da violência no depoimento das entrevistadas, pareceu-nos menos alarmante. As entrevistadas disseram que os casos são poucos, e, na sua maioria, são resolvidos pelo próprio professor ou equipe pedagógica, portanto, no próprio ambiente escolar. O que nos resta questionar é se nos colégios centrais a violência demonstrou-se menos presente pelo fato de serem colégios públicos conhecidos e renomados – o que fez com que as pedagogas amenizassem os problemas em suas falas – ou se o fato de serem colégios centrais e de grande porte faz com que a vigilância por parte dos funcionários seja maior, evitando maiores conflitos entre os alunos.

- **Reuniões para discussão da violência escolar**

Em todos os colégios, de acordo com as pedagogas entrevistadas, acontecem reuniões para discutir sobre a violência dentro da escola. Em alguns casos, nessas reuniões aparece o uso dos Cadernos Temáticos de

Enfrentamento à Violência na Escola para discutir o problema. Essas reuniões acontecem de modo diferenciado em cada colégio, sejam nas reuniões com pais e/ou professores; nas jornadas pedagógicas; nos intervalos, no período quinzenal e na hora-atividade dos professores.

Em geral, as reuniões contam mais com a participação da equipe pedagógica do que com a presença dos pais e alunos. Isso ocorre por dois motivos, ou porque as reuniões só apresentam o professor como foco, ou porque os pais, quando convocados, em sua maioria, não comparecem.

É importante ressaltar que os colégios localizados na periferia da cidade apresentaram maior interesse e intensidade na discussão sobre violência, o que foi perceptível quando as pedagogas relataram que escolheram o tema como assunto de sua jornada pedagógica ou quando trataram do mesmo com os professores durante o intervalo das aulas.

- **Patrulha escolar**

A presença da patrulha escolar foi constatada nas quatro instituições analisadas, variando a frequência e intensidade com a qual a mesma age em cada colégio. Pelo fato de haver poucas viaturas para atender uma grande demanda de colégios, o serviço é considerado demorado em alguns casos, porém, de acordo com as pedagogas, a patrulha sempre comparece quando solicitada, ainda que o atendimento não seja imediato.

Nos colégios centrais, as pedagogas relataram que a patrulha raramente faz rondas em volta da instituição, no entanto, elas afirmaram que não ocorrem muitos casos de violência na escola que necessitem de apoio policial. Já nos outros colégios, situados na periferia, percebemos que a polícia é requisitada com maior frequência e faz um trabalho mais efetivo, realizando rondas por alguns dias quando acontece um caso mais grave de violência. Em um dos colégios periféricos, a pedagoga afirmou que os policiais da patrulha, quando em suas rondas, abordam os alunos de uniforme, que estão fora da escola no período de aulas, se julgarem necessário, reencaminham esse aluno para escola, a fim de confirmarem se ele realmente saiu mais cedo ou se está “matando aula”.

- **Prevenção por meio da conscientização**

Quando questionadas sobre o tipo de prevenção que os colégios realizam no combate à violência escolar, em sua maioria, citou-se um trabalho de conscientização realizado por meio da equipe pedagógica, por palestrantes de fora ou com o uso dos Cadernos Temáticos. Os professores também realizam formação continuada que trata do assunto.

O trabalho de conscientização acontece tanto com os alunos no início das aulas, com falas que priorizam o respeito pelos demais colegas e pelos professores, como também ocorre nas reuniões com professores e pais.

Cabe apontar que, algumas pedagogas abordaram o adoecimento crescente dos professores em ambiente escolar devido à carga horária excessiva de trabalho ou à intensidade da indisciplina enfrentada em sala de aula. Isso faz com que os professores, ainda que conscientes, tomem atitudes impróprias com os alunos no momento de repreendê-los.

5. ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Realizar a análise de entrevistas é trabalhoso e apresenta algumas dificuldades, diante do universo de informações que se pode alcançar e os diversos caminhos que podem então, serem tomados para a realização de tal análise. Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é apontar algumas das medidas que as escolas estaduais têm utilizado no enfrentamento à violência escolar, bem como apontar quais programas oferecidos pelo governo do Paraná tem sido usufruídos pelas mesmas, optamos por dividir a análise das entrevistas em Unidades de Análise que abordam esses fins. Tais Unidades, de acordo com Toledo e Gonzaga (2011), são “grupamentos de ideias acerca das variáveis que compõem e determinam o fenômeno estudado. Servem para garantir a demonstração e compreensão dos nexos causais do fenômeno”.

Portanto, as análises a seguir apresentam um recorte de variáveis significativas para a pesquisa, entretanto, estas devem ser compreendidas por meio da articulação entre si e com sua totalidade. Nós nos limitaremos ao

aprofundamento de três Unidades: 1) Programas do Governo Estadual presentes nos colégios; 2) Medidas preventivas assumidas pelos colégios; 3) Envolvimento da comunidade no combate à violência.

5.1 Programas do Governo Estadual nos colégios

A responsabilidade por manter protegidas crianças e adolescentes também é dever do governo estadual. O artigo 4º do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) estabelece que essa proteção deve ser prioridade nos direitos da criança, além da formação de políticas públicas e recursos direcionados para áreas que asseguram tal cuidado:

Art. 4º: É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

A criança é um ser desprotegido, que por vezes se encontra vulnerável, não podendo cuidar de si mesma ou livrar-se de certas situações de risco. No ambiente escolar encontram-se alunos que se envolvem com a violência de diversas formas. Existem os alunos que são vítimas da violência por parte de colegas ou de professores e funcionários e existem também aqueles que são praticantes da mesma, seja por reproduzirem conflitos do seu contexto social ou por se levantarem contra as formas de autoridade e disciplina da instituição de ensino. É nesse sentido que o governo estadual precisa elaborar e executar leis que velem pela segurança das crianças e adolescentes, e isso inclui políticas públicas voltadas para a escola,

local em que as crianças passam boa parte do seu tempo, criam vínculos afetivos e onde se desenvolvem as dimensões cognitiva, afetiva e a boa convivência social.

Tendo em vista que a violência escolar atinge todos os atores pertencentes a esse estabelecimento, políticas públicas a fim de enfrentar tal problema também devem levar em consideração o clima de medo e o estresse doentio que tem atingido os professores. Em duas das entrevistas as pedagogas se referiram ao estado de cansaço e adoecimento dos docentes por viverem diariamente em um contexto tão perturbador em sala de aula. Os professores estão exaustos de se deparar com atos de indisciplina e violência que não cessam, ao contrário disso, intensificam-se dia-a-dia. Eles entram em sala de aula sentindo-se desprotegidos, desamparados, sem terem mais forças para enfrentar a realidade violenta de algumas turmas, e, por vezes, acabam tendo reações que, se de antemão fossem mais bem elaboradas/raciocinadas, não ocorreriam.

No início do nosso trabalho elencamos as principais iniciativas do governo do Paraná para enfrentar essa violência. Citamos a patrulha escolar, que realiza um trabalho de prevenção e, quando necessário, repressão de atos violentos e o PROERD, que é realizado por polícias da patrulha. Também mencionamos os Cadernos Temáticos de Enfrentamento à Violência na Escola, que foram distribuídos pelo governo nos anos de 2009 e 2010, além do programa “Escola que protege”, que aborda uma proposta de formação continuada dos professores na área da violência escolar.

Durante as entrevistas, tornou-se notável que o trabalho da Patrulha Escolar nessas escolas de Maringá apresenta três características principais:

- São poucas viaturas para um grande número de escolas.

Em uma de nossas visitas aos colégios tivemos a oportunidade de conversar, de maneira rápida, com um policial da patrulha que nos informou que existem apenas duas viaturas que fazem a ronda diária pelas escolas do município. Portanto, quando estão atendendo o chamado de um colégio e recebem outra solicitação de atendimento em outra instituição, é preciso que se aguarde o fechamento desse último caso, para que então a viatura se dirija à próxima ocorrência. E diante disso, como citado nas entrevistas, quando as viaturas chegam ao colégio alguns casos já

foram resolvidos. E, em outras situações, a Patrulha nem é solicitada, pois a possível demora no atendimento desanima a equipe pedagógica, que se propõe a resolver o problema por si mesma.

- Sempre que solicitada a Patrulha Escolar comparece ao local.

Apesar da dificuldade de atendimento devido ao pequeno número de viaturas na cidade, em todos os colégios, nos quais foram realizadas as entrevistas, as pedagogas declararam que os policiais comparecem sempre que são requisitados, o que se apresenta como um ponto positivo à medida que esse serviço mostra-se sempre disponível ao cobrir suas chamadas e proporcionar a segurança nas escolas.

- Ficam atentos aos colégios com maiores casos de violência.

Também durante as entrevistas, principalmente, na fala das pedagogas dos colégios localizados na periferia de Maringá, percebe-se que quando ocorre um caso grave de violência no colégio a Patrulha intensifica a sua ronda nas proximidades desse colégio por alguns dias a fim de amenizar o quadro de violência, prevenindo e combatendo qualquer outro caso que venha a surgir.

Sobre a Patrulha Escolar podemos concluir que sua atuação é evidente e necessária na cidade, à medida que se faz presente sempre que possível e os colégios contam com esse auxílio no combate à violência. Quanto ao PROERD, foi desenvolvido em três dos quatro colégios observados, mas não acontece nos dias atuais, contudo, dentre as escolas entrevistadas nas quais ele ocorreu, as pedagogas trouxeram boas lembranças do programa e elogiaram o trabalho que os policiais realizavam com as crianças.

No que diz respeito aos Cadernos Temáticos, distribuídos pelo governo do Paraná, todos os colégios aqui analisados o receberam, entretanto, três dos quatro colégios entrevistados realizaram discussões por meio do material. Percebe-se que os colégios que utilizaram os Cadernos o fizeram, principalmente, durante as reuniões pedagógicas com os professores, como relata uma das pedagogas entrevistadas:

“[...] contra a violência esse ano, o Estado nos deu abertura para escolhermos o tema que poderíamos trabalhar na jornada pedagógica, agora do meio do ano, após as férias, e nós escolhemos esse tema. Nós trabalhamos toda a semana pedagógica ali, inclusive, demos conta de um caderno que foi publicado pelo Estado, os Cadernos de Enfrentamento à Violência. A gente trabalhou praticamente todo o conteúdo, porque cada pedagoga ficou com um tema e com uma oficina, e nós trabalhamos com os professores. Esse trabalho foi feito, especificamente, com os professores.” (PEDAGOGA A)

Para um fenômeno tão recorrente e crescente dentro da escola como a violência escolar, é fundamental que a comunidade escolar realize estudos e discuta os melhores caminhos para resolver o problema. Nesse sentido, os Cadernos Temáticos de Enfrentamento à Violência nas Escolas têm o compromisso de fazer com que os professores da rede pública venham a “Entender mais amplamente a violência, compreender as diversas faces com que ela pode se apresentar, somar à vivência escolar alicerces teóricos, que sustentem uma ação pedagógica baseada no conhecimento [...]” (PARANÁ 2008, p.12). Sendo assim, podemos perceber que os Cadernos foram correntemente utilizados na maioria dos colégios entrevistados.

Quanto à formação continuada dos professores dos colégios entrevistados, todos realizam as formações exigidas pela Secretaria Estadual de Educação (SEED), o que inclui formações sobre violência escolar, essa informação é importante, pois, segundo Peres e Peres “[...] um dos pontos fracos para o enfrentamento da violência na escola é a falta de atualização dos professores sobre o tema [...]” (PERES; PERES 2008, p. 179). Uma das pedagogas, inclusive, citou que a equipe pedagógica participa também de um projeto realizado por Sônia Shima, professora-doutora da área de psicologia da UEM, o projeto chama-se “Alternativas para enfrentamento da violência na educação básica: uma demanda à psicologia escolar”.

Em virtude dos fatos mencionados, chegamos à conclusão de que os principais programas oferecidos pelo governo do Paraná, no que diz respeito a combater a violência escolar, em sua maioria, têm sido utilizados pelos colégios e têm contribuído para ações efetivas dos mesmos no enfrentamento da violência.

5.2 Medidas preventivas adotadas pelos colégios

Será possível que um estabelecimento de ensino consiga transmitir uma educação neutra, apenas com conteúdos escolares, sem também passar valores de vida?

Segundo Saviani (1980) a educação tem como sujeito o homem, e mais do que isso, e, para, além disso, o autor se questiona: “que sentido terá a educação se ela não estiver voltada para a promoção do homem?” (p. 35). Promover o homem significa torná-lo “cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens.” (SAVIANI, 1980, p. 37).

Saviani (op.cit.) observa que os objetivos da educação dizem respeito a transmitir ao homem quais são seus valores como ser humano, de acordo com o contexto no qual está situado. Portanto, podemos dizer que, nos dias de hoje, a educação precisa esclarecer aos educandos quais são os valores imprescindíveis para se conviver em sociedade. Também esclarecer sobre o sofrimento das vítimas da violência. E, ainda, esclarecer as consequências morais e legais para aqueles que desrespeitam e transgridem as leis codificadas e o regimento da escola.

Nesse sentido, de maneira geral, os membros da instituição escolar têm buscado soluções para resolver os problemas que mais afetam o andamento das atividades pedagógicas, sejam por programas do governo ou de maneira autônoma. Dentre as pedagogas entrevistadas, a maioria citou o trabalho de conscientização que é realizado com professores, alunos e funcionários sobre os danos e consequências da violência escolar.

“É um trabalho de conscientização, desde o pessoal que trabalha no pátio até os professores e alunos... é realizado com

*frequência. [...] Geralmente vem alguém de fora, ou nós mesmos fazemos isso. **Nós estamos sempre trabalhando com a conscientização, e quando surge um caso especial de violência, isso também é trabalhado.***” (PEDAGOGA C)

“Dessa forma, estamos tentando fazer uma precaução, conversando primeiro com eles e explicando “aqui somos todos colegas, viemos com o objetivo de estudar, então, quando tiver uma situação que não o agrada ou que você não ficou satisfeito (...), antes de qualquer briga, qualquer agressão verbal ou física, procure o professor em sala ou a coordenação.” (PEDAGOGA B)

*“Nós temos, em cada sala de aula o seu professor conselheiro e então, qualquer conflito que haja na escola, o professor conselheiro é o primeiro que vai orientar. **A nossa prevenção é mais focada na orientação, tanto professor conselheiro que orienta a sala, como também dos outros professores, da equipe pedagógica e da direção.***” (PEDAGOGA D)

Cabe ressaltar que, durante as entrevistas, tanto ao observar os colégios como na fala das pedagogas, pôde-se perceber a estrutura física dos colégios como um fator relevante na prevenção à violência dentro da escola. Nos colégios centrais percebemos que os muros eram mais altos e sempre havia pessoas que abordavam quem quisesse adentrar ao interior da instituição. Já nos colégios periféricos, o acesso ao interior da instituição era mais fácil, ora porque não havia funcionários na entrada do colégio, ora porque os muros eram baixos, facilitando a invasão de pessoas da comunidade à área interna do colégio. Na fala de uma das pedagogas percebemos que a estrutura do colégio acarreta mais problemas no que diz respeito à violência:

“Porque aqui na nossa região fica difícil, por conta da estrutura da escola. Os muros são muito baixos, então as pessoas de fora tem facilidade para entrar... nós temos aqui no bairro,

vários meninos que já tem 17, 18 anos e estão fora da escola, não são nossos alunos, alguns até já foram e, em algum momento, pararam de estudar, mas eles estão pelo bairro, traficando ou fazendo uso de drogas... e aí eles pulam o muro às vezes pra oferecer droga... e acabam entrando em enfrentamento com a gente. E, se não tiver ninguém de olho, uma hora dessas pode acontecer algo mais perigoso. Por isso, nós temos sempre alguém de olho, pois temos que ficar bem espertos.” (PEDAGOGA A)

Assim sendo, a questão da estrutura física dos colégios também deveria ser analisada com maior cuidado pelos gestores da escola a fim de que se garanta a segurança, principalmente dos alunos no ambiente escolar, pois a entrada de pessoas estranhas na instituição – ainda mais quando se trata de indivíduos que querem oferecer drogas – coloca em risco a vida dos estudantes.

Percebemos então, que os colégios entrevistados por meio de suas pedagogas, demonstram um empenho em combater a violência, entretanto é preciso mais do que a vontade da equipe pedagógica de vencer esse problema, faz-se necessária a participação da comunidade, e a ajuda do governo a fim de melhorar o ambiente escolar, trazendo maior segurança para alunos, professores e funcionários.

5.3 Envolvimento da comunidade no combate à violência

A escola não é uma instituição à parte da sociedade, pelo contrário, ela está inserida em determinado contexto social formado por alunos que a frequentam, por pais que matriculam seus filhos nela e por moradores, que simplesmente, participam de eventos organizados no ambiente escolar. Dessa maneira, a escola participa do cotidiano da sociedade, de alguma forma a comunidade se encontra envolvida nas atividades escolares. Parece oportuno, portanto, que um dos meios mais estratégicos de se combater a violência escolar seria uma parceria da escola com a

própria comunidade que a cerca, buscando a ajuda de todos para preservar a paz dentro desse ambiente tão sociável.

Em entrevista para a revista Nova Escola *on line*, a pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ana Maria Leite, afirma que o meio mais eficaz de se combater a violência “dura” (sic), isto é, aquela que resulta de atos criminosos, é o estreitamento da relação escola e comunidade. Segundo a pesquisadora, essa união faz com que a população em torno da escola passe a respeitar esta como um espaço de todos, portador de importante papel social, o de ensinar. Essa aproximação poderá ter início com os pais, pois “Envolvê-los no acompanhamento da aprendizagem, dos êxitos e das dificuldades dos filhos é tarefa dos gestores e ajuda a romper o empurra-empurra sobre a responsabilidade pelo sucesso (ou o fracasso) escolar.” (HEIDRICH, *on line*, 13/05/2010).

Ao voltarmos nosso olhar para as políticas públicas do nosso país, percebemos em lei, que, tanto no processo de educação quanto no combate à violência, faz-se necessário a integração de sociedade, família e Estado. Nos art. 205 e 227 da Constituição Federal, encontramos que:

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...]

Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Barros (2009) aponta que é extremamente importante que exista uma forte relação entre família e escola, para que assim ambos possam contribuir para o desenvolvimento pleno da criança, em todos os contextos. A autora alega que quando “a escola e a família conseguirem estabelecer uma parceria visando à formação da criança em sua totalidade [...] muitos dos problemas vividos por ela no contexto escolar podem ser amenizados” (BARROS, 2009, p. 97).

Durante as falas das pedagogas entrevistadas reconhecemos o esforço, por parte da equipe da escola, para integrar a comunidade no processo de enfrentamento e resolução da violência em ambiente escolar, mas, isso raramente se apresenta como uma tarefa fácil. Por outro lado, percebemos na fala da Pedagoga A que nem sempre os pais se envolvem em discussões sobre a violência escolar.

*“Está no plano de ação da direção de nós montarmos um grupo pra essa discussão, como se fosse um fórum permanente, entendeu? **Em que, não só os professores, mas também os pais participassem.** Nós fizemos uma primeira reunião agora, há pouco tempo, depois da semana pedagógica, **mas, poucos pais compareceram,** foram mais os professores e nós aqui da escola, a equipe pedagógica e direção que participamos. Então, nós estabelecemos uma nova data, na qual pretendemos fazer esses grupos e continuar a fim de conseguirmos pessoas da comunidade, né? Não só os pais, mas também...porque aqui nós temos associação de moradores, temos várias igrejas...para que nós possamos juntos ter algumas iniciativas não só para escola, mas também para a comunidade em geral.” (Pedagoga A).*

A pedagoga B também nos relata que quando a situação em determinada sala de aula está saindo do controle, a solução que eles encontram é reunir os profissionais que trabalham com aquela turma, e também pais e alunos envolvidos.

“[...] tem horas e momentos que a situação foge ao controle... a turma toda fica muito indisciplinada, praticando “bullying” com muita frequência, muita brincadeira fora de hora, por exemplo, se agredindo fisicamente ou verbalmente mesmo... Assim, nós tentamos fazer um trabalho de conscientização também com os pais, famílias e com todos que trabalham com aquela turma.” (Pedagoga B).

Uma das soluções adotadas pelos colégios tem sido realizar um trabalho que conte com a ajuda da comunidade em si, principalmente com o auxílio dos pais. Em contrapartida, notamos que esses pais nem sempre se mostram presentes, em alguns casos a escola não consegue ao menos entrar em contato com os responsáveis pelos alunos, fato que, conseqüentemente, contribui para a impunidade e continuidade da violência. Porém, por meio das entrevistas não conseguimos perceber se a falta de participação dos pais na escola é por negligência ou por não terem tempo de comparecer a mesmo, uma vez que estão em horário de trabalho e não conseguem sair. Ainda assim a importância da família na vida social e escolar dos alunos é inquestionável. Na família:

[...] é onde acontece o desenvolvimento das primeiras habilidades, os primeiros ensinamentos através da educação doméstica na qual o filho aprende a respeitar os outros, a conviver com regras que foram criadas e reformuladas no decorrer da formação da sociedade. (REIS, 2010, p. 17)

Sendo assim, se a criança não aprender com seus pais ou responsáveis como deve se comportar, respeitando as demais pessoas e as autoridades, dificilmente a escola realizará esse feito na vida do aluno. Portanto, é imprescindível que haja uma relação de harmonia e cumplicidade entre a família e a escola para que se possa combater, entre outras situações adversas, a violência escolar.

Conclui-se, então, que a articulação entre escola e comunidade na luta contra a violência é imprescindível e necessária, porém existem dificuldades de se estabelecer tal relação à medida que vários pais, familiares e responsáveis pelas crianças se encontram ausentes em seus papéis de educadores e auxiliares dos alunos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando tratamos de violência escolar no próprio ambiente da escola, nos deparamos com mitos, medos, contradições, “conspiração do silêncio”, sentimento de incompetência, e/ou um fenômeno sem limites. Diante do exposto neste trabalho,

em se tratando de violência na instituição de ensino, em um ponto podemos concordar: todos sofrem suas consequências (professores, alunos, pais, funcionários, comunidade escolar e local, processo pedagógico e autoridades).

Percebemos que em alguns colégios a equipe pedagógica já não sabe mais para quem pedir ajuda; em meio aos conflitos dentro da escola que parecem aumentar, muitas vezes pesa o desânimo, pessimismo, absenteísmo ou apatia entre professores e gestores da escola. Este estado de espírito dos profissionais tende a ser reforçado com a insuficiência das políticas públicas em defesa da escola e do ensino público.

Em virtude do que foi, aqui, estudado, somos levados a acreditar que a onda de violência nas escolas somente será contida a partir do momento que a comunidade escolar e o local onde esta se encontra, realmente, se unirem, sem medir esforços, na luta contra esse problema. Nesse sentido, cabe à escola ser ousada para elaborar suas próprias medidas disciplinares e estabelecer limites de funcionamento. A discussão de “abrir a escola à comunidade” deve ter, em contrapartida, o apoio de cada comunidade, assumindo a responsabilidade de zelar pela sua escola. Entretanto Gonçalves e Sposito (2002) alertam que:

[...] portões abertos à comunidade não significam necessariamente alteração dos padrões de interações escolares. O sucesso das iniciativas baseadas na proposta de uma gestão democrática, envolvendo pais, alunos e moradores de bairros de periferia depende amplamente das condições locais: estabelecimentos de ensino já mobilizados absorvem melhor os efeitos possíveis das ações indutoras de projetos. (GONÇALVES; SPOSITO, 2002, p.134)

A violência também será reduzida quando – e principalmente – forem criadas políticas públicas que sejam eficazes no combate à violência, havendo cumprimento e fiscalização das mesmas, a fim de que a teoria se articule com a prática. Ainda, conforme Gonçalves e Sposito (op. cit., p. 133), “O desafio que se coloca é saber que políticas terão de ser implementadas de forma a que se atinjam os objetivos de “pacificar” a vida escolar sem atentar contra os direitos humanos”.

É necessário um olhar mais sensível e inovador para a realidade escolar. Os formuladores de políticas públicas precisam se voltar para o dia-a-dia enfrentado

pelo professor e pelos próprios alunos, a fim de que as políticas que dizem respeito ao combate desse problema não sejam tão distantes do cotidiano escolar, mas, venham, efetivamente, gerar resultados rápidos e duradouros. Estas políticas voltadas para a escola pública precisam cumprir sua função de assegurar, sem maiores interrupções, o cumprimento do processo de ensino-aprendizagem. Podemos, aqui, fazer uma ilação: a escola que apresenta um baixo índice de aprendizagem e evasão escolar, geralmente, apresenta ocorrências significativas de violência no ambiente escolar.

A resolução do grave problema vai para além dos muros da escola. A sociedade está carente de iniciativas que atendam a família, pois, durante as entrevistas, percebemos que muitos alunos não têm a figura de pai ou de mãe presentes em suas vidas, e, quando dependem dos cuidados de outro parente, eles crescem sem ter noções de limites e referências de orientação de como agir diante das circunstâncias da vida. Consequentemente, nos momentos em que ocorre um fato grave na escola, que necessita da participação dos pais ou responsáveis pelo aluno, o problema não é resolvido da maneira que deveria, ou por não ganhar a devida importância ou por não se apresentar uma figura que realmente eduque a criança que cometeu o ato violento. Evidentemente, o problema das famílias não é fácil de ser resolvido, pois é complexo e crescente nos dias de hoje, porém, acreditamos que políticas públicas voltadas para o lar das crianças e adolescentes auxiliariam não só a questão da violência como também outras situações problemáticas encontradas na sociedade.

Cabe a nós então, concluir que a violência está, sim, presente nas escolas das cidades de médio e grande porte do Brasil, independente de sua frequência ou grau de intensidade. Seja em colégios centrais ou periféricos, ela prejudica profundamente o processo pedagógico, provoca um clima de tensão a todos os presentes no ambiente escolar, e até pode boicotar a imagem da escola, quando é objeto de notícia na imprensa. Entretanto, ao percebermos a gravidade da violência e sua aparente característica de “interminável”, não nos resta apenas cruzar os braços, ignorarmos a questão ou ter atitude pessimista-derrotista. Como cidadãos que lutam por uma sociedade melhor e um ambiente escolar mais seguro e educativo, precisamos reivindicar mudanças, buscando o cumprimento do direito de

crianças e adolescentes de serem protegidos e de terem a preferência na elaboração de políticas públicas, de acordo com o ECA no art.4º: A comunidade escolar e local devem se unir a fim de que se efetivem medidas que combatam a violência e melhorem a qualidade de vida de toda a população da escola e também da que habita nos seus arredores.

Ainda é preciso uma sinalização: nosso curso de Pedagogia ainda não nos oferece informações e esclarecimentos suficientes sobre a realidade escolar no quesito violência, e, nem nos instiga a pensar quais meios mais eficazes ou adequados de enfrentamento da mesma. Por que isso acontece? Existe interesses que impedem esse curso de assumir a responsabilidade de ir para além da autorização de estudos e pesquisas como esta? No mínimo, cabe a nós educadores, pedagogos e pesquisadores do campo educacional, termos consciência de nossa responsabilidade para com a vida escolar. Além do nosso comprometimento para com a pesquisa educacional, cabe a nós incentivar os envolvidos com a escola pública e particular, de tal forma, que eles aprendam a viver efetivamente uma “cultura de paz”.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian; RUA, Maria das G.. **Violência nas escolas**: versão resumida. Brasília: UNESCO / Brasil. Rede Pitágoras, 2003.

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ALÉSSIO, Fernanda C. **A violência simbólica na escola**: uma abordagem a partir da visão de educando e educadores. (Dissertação de mestrado). UNISAL. São Paulo, 2007.

ALMEIDA, José L. F. **Violência escolar e a relação com o conhecimento e a prática docente**. SEED/PR, 2009. Disponível em <http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/semanas_pedagogicas/2009/viol_esc_rel_conhec_prat_docente_almeida.pdf> Acesso em: 25 de junho 2012.

AQUINO, Júlio Groppa. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedes**, Ano XIX, n. 47, 1998.

BARROS, Marta S. F. A importância da família no processo de formação e desenvolvimento da criança na idade escolar. Cap. 8. In; CAMARGO, J. S.; ROSIN, S. M. (orgs). **Psicologia da educação e os processos de aprendizagem e de desenvolvimento**. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2009.

BRASIL. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 96 p.

CARNEVALLI, J. A. ; MIGUEL, P. A. C. Desenvolvimento da Pesquisa de Campo, Amostra e Questionário para Realização de um Estudo Tipo Survey Sobre a

Aplicação do QFD no Brasil. In: **ENEGEP - XXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção**, 2001, Salvador.

CASTRO, João Paulo M. e. **A invenção da juventude violenta**: análise da elaboração de uma política pública. Rio de Janeiro: E-papers: Laced/Museu Nacional, 2009.

CHARLOT, Bernand. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**. Porto Alegre: Ano 4, n.8. 2002. p.432-443.

DEBARBIEUX, E; BLAYA, C. (orgs). **Violência nas escolas**: dez abordagens europeias. Unesco, 2002. Disponível em:

<<http://pt.scribd.com/doc/5993174/Violencia-Nas-Escolas-Dez-Abordagens-Europeias>> Acesso em: 22 de julho 2012.

FARIA FILHO, L. M. Filho; GONÇALVES, I. A., VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L. A *cultura escolar* como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. In: **Educ. Pesquisa**. v. 30, n.1, São Paulo jan./abr. 2004. Tb. disponível em: www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf

GONÇALVES, Luiz Alberto O. SPOSITO, Marília P. Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p. 101-138, março/2002.

GOVERNO DO PARANÁ. **Plano de enfrentamento a violência nas escolas**.

Disponível em:

<<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12>>

Acesso em: 22 de julho de 2012.

GOVERNO DO PARANÁ. Programas e Projetos - Patrulha Escolar. Disponível

em:<<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73>> Acesso em: 22 de julho 2012

GOVERNO NO PARANÁ. **Programa Escola que Protege**. Disponível em:

<<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=176>> Acesso em: 22 de julho 2012.

GUIMARÃES, Aurea M. Indisciplina e violência: ambiguidade dos conflitos na escola. In: AQUINO, J.G. (org.). **Indisciplina na escola**: Alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996b, pp. 73-82.

HEIDRICH, *on line*, 2010. Disponível em:
<<http://educarparacrescer.abril.com.br/gestao-escolar/aqui-violencia-nao-entra-470139.shtml>>. Acesso em: 2012.

LATERMAN, Ilana. Incivilidade e autoridade no meio escolar. In: **Sociologia da Educação – GT 14**. Florianópolis: UFSC. CAPES, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia, Ciência da Educação?** Org.: Selma G. Pimenta. São Paulo: Cortez, 1996, 127 p.

LIMA, Telma Cristiane S.; MIOTO, Regina Célia T.; **Procedimentos metodológicos na produção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katál. Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

NETO, A. A. Lopes. Bullying – comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro, 2005.

PAULA, Carlos A. de. A violência na escola. In: PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. Enfrentamento a violência na escola. **Cadernos temáticos dos desafios educacionais contemporâneos**, 4. Curitiba: SEED- Pr, 2008, 93p.

PERES, Aínda M.; PERES, Emerson L. Planejamento estratégico e mapeamento inteligente como instrumentos na prevenção da violência no contexto da escola. Cap. 09 In: SILVA, Paulo V. B. da; LOPES, Jandiclei de E.; CARVALHO, Arianne. (orgs). **Por uma escola que protege: a educação e o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes**. Ponta Grossa: UEPG, Curitiba, 2008. 198p.
Disponível em:
<<http://www.cedeps.com.br/wpcontent/uploads/2009/06/LivroEQP.pdf>> Acesso em: 25 de agosto 2012;

PRIOTTO, Elis P. **Violência escolar: políticas públicas e práticas educativas**. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2008.

REIS, Liliâne P. C. dos. **A participação da família no contexto escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Colegiado de Pedagogia. Campus I. 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1980. Disponível em <<http://www.visionvox.com.br/biblioteca/d/demerval-saviani-do-senso-comum-consciencia-filosofica.pdf>> Acesso em: 06 de setembro 2012.

SILVIA, Maria J. D. da. O papel do professor frente à violência nas escolas: uma mediação necessária. **Revista Eletrônica de Ciências da Educação**. 2009

SPOSITO, Marília P. A instituição escolar e a violência. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, 1998.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, 2006. Ano 8, n.16, p.20 -45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>> Acesso 25 junho 2012.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; GONZAGA, Maria Teresa Claro (Orgs.). **Metodologia e técnicas de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas**. Maringá: EDUEM, 2011.

VIOLÊNCIA AVANÇA NAS ESCOLAS. **Gazeta do Povo**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=885201>> Acesso em: 22 de julho 2012.

WASELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

ANEXO

Entrevista no colégio I

I. Quais são os tipos de violência mais frequentes que ocorrem na escola?

PEDAGOGA A: Dentro da escola, a violência vai desde o “bullying” entre os alunos até ao desrespeito para com os colegas e professores. Há muitos casos de desrespeito e muitos casos de violência física e agressões, nós temos inclusive (...) pessoas que fizeram registro de B.O. (boletim de ocorrência) entre os alunos. Também temos casos de alunos em situações de uso indevido de drogas, que pode ser considerado como outro tipo de violência que encontramos em nosso cotidiano.

Entrevistador: A região em torno do colégio é considerada violenta?

PEDAGOGA A: Sim, é considerada uma região muito violenta. Existem vários trabalhos por parte da comunidade nesse sentido, mas é uma região que tem altos índices de violência. Se você pôde acompanhar os noticiários sobre o padre aqui da nossa igreja que sofreu uma agressão, quem o agrediu não era nosso aluno, mas foi uma pessoa da comunidade. Quando não se respeita até uma autoridade religiosa, imagine como pode ser com um colega ou, então, com um professor. É uma realidade difícil mesmo.

II. Na escola se debate sobre indisciplina e violência? Há algum programa específico para discutir esse assunto? E se tem, são somente os professores que participam ou também os funcionários, os alunos e os pais?

PEDAGOGA A: Sim, contra a violência esse ano, o Estado nos deu abertura para escolhermos o tema que poderíamos trabalhar na jornada pedagógica agora do meio do ano, após as férias, e nós escolhemos esse tema. Nós trabalhamos toda a semana pedagógica ali, inclusive, demos conta de um caderno que foi publicado pelo Estado, os Cadernos de Enfrentamento à Violência. A gente trabalhou

praticamente todo o conteúdo porque cada pedagoga ficou com um tema e com uma oficina, e nós trabalhamos com os professores. Esse trabalho foi feito, especificamente, com os professores.

No início do ano, nós trabalhamos duas reuniões com os pais e depois, periodicamente, nós fazemos reuniões com eles e não apenas sobre o tema específico da violência, porém, esse tema está sempre presente. Nós buscamos a presença deles, para juntos, melhorarmos um pouco a nossa realidade no colégio e também de toda a comunidade.

Também temos aqui, na nossa escola, o programa Mais Educação, pois temos um grupo de alunos que estudam no período da tarde e eles ficam durante todo o dia no colégio, anteriormente, eram esses alunos que ficavam na rua, porque a maioria tem família que trabalha. Então, esses alunos ficam o dia todo aqui (...) na maioria das escolas estaduais, no período da tarde, estudam os alunos que tem maior dificuldade, até mesmo de indisciplina e violência, e agora, com o programa, eles ficam o dia todo na escola. Como eles têm acesso às outras oficinas, de teatro, dança, futebol e outros esportes, eles gostam... assim, eles ficam na escola também no contra turno... com isso, percebemos ter diminuído muito a indisciplina desses alunos.

III. Quais as atitudes preventivas da escola contra a violência escolar?

PEDAGOGA A: Então, nós tentamos trabalhar com os professores, porque nós percebemos que temos vários professores, que por conta dessa realidade diária, estão adoecendo, às vezes, chega um momento em que eles já vão até perdendo o controle da disciplina na sala de aula. Nós procuramos ajudar... Uma das atitudes é colocar agentes educacionais. Nós distribuímos as funções de cada agente, eles ficam o tempo todo circulando no pátio, nos corredores, principalmente nas trocas de aula para conter um pouco mais a indisciplina e ajudar os professores a dar conta da indisciplina no ambiente escolar.

Entrevistador: Mas esses agentes não são professores?

PEDAGOGA A: Não são professores. Tanto que nas reuniões que fizemos, nas formações, eles participam. São agentes educacionais, que no Estado, chamamos de agente I e II, eles são funcionários que ajudam na limpeza (...) mas, nós organizamos nossos horários de tal forma que todos possam ajudar um pouquinho. Então, em um momento que não é o horário de limpeza da sala ou de fazer a merenda, eles ficam ajudando a gente nas entradas dos pavilhões, tem sempre algum colaborador ali, de olho, observando pra ver se não tem alguém. Porque aqui na nossa região fica difícil, por conta da estrutura da escola. Os muros são muito baixos, então as pessoas de fora tem facilidade para entrar... nós temos aqui no bairro vários meninos que já tem 17, 18 anos e estão fora da escola, não são nossos alunos, alguns até já foram e, em algum momento, pararam de estudar, mas eles estão pelo bairro, traficando ou fazendo uso de drogas... e aí eles pulam o muro, às vezes para oferecer droga...e acabam entrando em enfrentamento com a gente. E, se não tiver ninguém de olho, uma hora dessas pode acontecer algo mais perigoso. Por isso, nós temos sempre alguém de olho, pois temos que ficar bem espertos. É difícil, é uma realidade bem difícil.

Entrevistador: Mas é frequente a entrada deles aqui na escola?

PEDAGOGA A: É frequente.

IV. De que forma e com que frequência a Patrulha Escolar participa do cotidiano da escola?

PEDAGOGA A: A Patrulha ela tem sido bem presente aqui na nossa região, na nossa escola. Sempre que a gente chama a gente é atendido. Na maioria das vezes eles vêm... principalmente, depois daquele fato que aconteceu, daquelas agressões que acabaram indo para mídia. A partir de então, tem sido mais frequente ainda, eles têm tido um olhar especial para nós. E sempre vêm. Só que a gente sabe que são poucos carros, acho que são apenas duas viaturas, para toda nossa região e aqui existem muitas escolas. Então, quando acontece um determinado fato, em outro colégio, aqui da mesma região, por exemplo, algumas vezes até com agressão física, que precisa chamar a família... a patrulha tem que ficar aguardando a

chegada das famílias nesse colégio. Se, ao mesmo tempo, acontecer algo parecido por aqui, que necessite da ajuda da patrulha, temos que esperar até que a situação do outro colégio seja resolvida para sermos atendidos. Mas mesmo assim, eles sempre estão nas redondezas. Eles fazem rondas diárias em torno da escola. Muitas vezes não entram, mas, às vezes, quando eles acham alguém de uniforme eles abordam as crianças na rua. Algumas vezes, se eles veem que o aluno está com outras pessoas, eles conversam, ou outras vezes eles até trazem pra nós, aqui na escola, para ver se o aluno realmente saiu mais cedo ou se estava matando aula...Quando encontram os alunos de uniforme fora da escola, geralmente, eles trazem pra nós. E agora, é obrigatório o uniforme, então dá para identifica-los. O uso do uniforme é uma solicitação da própria Patrulha, também.

V. Os professores tem clareza da distinção sobre quais situações de conflito, que ocorrem dentro da escola, são da responsabilidade da própria escola e quais situações devem ser levadas ao Conselho Tutelar ou à Patrulha?

PEDAGOGA A: Nem sempre. Foi um dos temas que nós trabalhamos, agora na semana pedagógica, e a gente percebe que, muitas vezes, nas horas em que acontecem as situações na sala, coisas do cotidiano, eles acabam tendo atitudes que fogem do controle. São atos de indisciplina... E, aqui, o grande problema que enfrentamos, que não seixa de ser uma violência, é o descaso dos pais. Eles trazem a criança aqui, e na maioria das vezes, se a gente quer falar com a família, tem que dar um jeito de ir na casa do aluno, porque nem o telefone de contato alguns familiares não deixam atualizado. Houve um caso, que acabei de atender hoje, já tinha mandado duas vezes a convocação... ele assinou o Livro Ata, levou a convocação e a mãe não veio. Todos os dias ele está chegando atrasado e se eu for mandar pro Conselho Tutelar todos os casos em que isso acontece, principalmente, no período da tarde, eu não faço outra coisa... é o dia inteiro, e se fosse assim, eu ficaria só fazendo relatório pro Conselho. Então, a gente tenta negociar com a família da melhor forma... porque nós temos muito bons professores que são comprometidos, muitos já são padrões antigos na nossa escola, mas é uma realidade muito difícil e a gente entende, inclusive, que não é fácil pra nós

pedagogas, pra direção da escola, quanto mais pros professores que estão ali com eles o tempo todo. Então, é um grande número de alunos que não tem suporte familiar, que não tem estrutura, a maioria é cuidada apenas por uma pessoa da família... ou a mãe, ou a vó, geralmente uma avó, que quando a gente chama vem, mas vem e fala “ Ah mais eu sou vó né, então eu dou comida, eu mando tomar banho...” e ai essa criança vai crescendo sem limites, em casa ele xinga, briga e até bate...e chega aqui ele acha que pode fazer o mesmo. Então, até para que a gente consiga que esse aluno tenha um comportamento mais adequado, leva muito tempo.

VI. Na escola já foi desenvolvido o PROERD?

PEDAGOGA A: Não.

VII. Os professores participam de formação continuada que trate sobre violência escolar?

PEDAGOGA A: Sim, mas não é sempre que isso é oferecido. Por exemplo, agora tem um curso oferecido pela SENAD, são 180 horas, pela internet (...)

Quando a gente conseguiu organizar essa semana pedagógica, todos participaram. Está no plano de ação da direção de nós montarmos um grupo pra essa discussão, como se fosse um fórum permanente, entendeu? Em que, não só os professores, mas também os pais participassem. Nós fizemos uma primeira reunião agora, há pouco tempo, depois da semana pedagógica, mas, poucos pais compareceram, foram mais os professores e nós aqui da escola, a equipe pedagógica e direção que participamos. Então, nós estabelecemos uma nova data, na qual pretendemos fazer esses grupos e continuar a fim de conseguirmos pessoas da comunidade, né? Não só os pais, mas também...porque aqui nós temos associação de moradores, temos várias igrejas...para que possamos juntos ter algumas iniciativas não só para escola, mas também para a comunidade em geral.

A gente tem um trabalho aqui em rede, que está sendo feito pelo menos uma vez por mês, com o pessoal da escola aqui do lado e também tem representante do CEMEI, tem também alguém do posto e sempre vai alguém para representar a

escola, e acabamos discutindo casos de violência. Porque, geralmente, são famílias que estão sendo atendidas...para que possamos fazer um trabalho em rede, ver como que podemos ajudar. Só que também a gente não consegue atender muitos casos. Às vezes, uma determinada família que a gente atua, o posto vê o que pode fazer...o pessoal da SASC, a assistente social vê se pode fazer uma visita pra ajudar de alguma forma. E quando a gente identifica a necessidade de alguma família, desde condições de alimentação, de higiene, a gente consegue fazer esse encaminhamento pra a Secretaria de Assistência Social... Quanto à questão da saúde, nós também encaminhamos, sempre fazemos o relatório para o posto de saúde e eles procuram atender os casos e priorizar nossos alunos.

Porém, são poucas as iniciativas. A gente percebe que não dá conta de todo o trabalho, de toda a demanda que precisamos atender. Seria necessário um trabalho mais organizado nesse sentido, com o objetivo de acabar com a violência escolar.

Entrevista no colégio II

I. Quais são os tipos de violência mais frequente que ocorrem dentro da escola?

PEDAGOGA B: Tanto usam a violência verbal como a violência física. A verbal é a todo o momento durante as aulas ou recreio, a gente tem que estar, constantemente, fazendo um trabalho de conscientização. E muitos deles também não ficam só na violência verbal, mas partem também para a violência física. Do tipo: tacando carteiras um no outro, chutando ou alguma coisa assim, envolvendo a violência física mesmo. E também, nós tentamos fazer um trabalho para evitar um confronto maior, para evitar que isso se espalhe e cause uma situação mais complicada, né? Geralmente, nós temos que estar fazendo um trabalho como se fosse um projeto de conscientização com eles em sala, conversando em particular, ou com a família ou com quem está como responsável pelo aluno... mas acontece bastante sim, tanto a física quanto a verbal.

II. Na escola se debate sobre indisciplina e violência? Há algum programa específico para discutir esse assunto? E se tem, são somente os professores que participam ou também os funcionários, os alunos e os pais?

PEDAGOGA B: Quando há a necessidade, por exemplo, quando nós vemos que uma sala está fora do normal, que realmente todos aqueles alunos ou a maioria deles, estão com mau comportamento, incluindo agressões verbais ou físicas, nós tentamos envolver também com a família. Através de reuniões com os professores, nós procuramos ter todos envolvidos, todos os profissionais que trabalham com aquela turma e também os pais. Então, nós marcamos uma reunião com os alunos também presentes, assim, estamos tentando encontrar uma solução que envolva também a família.

Entrevistador: Então vocês discutem sobre a sala, em específico? A situação da sala?

PEDAGOGA B: Sim, a situação que vem ocorrendo naquela sala. E nós tentamos, por outros meios. Primeiro, nós conversamos individualmente com o aluno, conversamos individualmente com os pais daqueles determinados alunos, que realmente precisam, mas, tem horas e momentos que a situação foge ao controle... então, a turma toda fica muito indisciplinada, praticando “bullying” com muita frequência, muita brincadeira fora de hora, por exemplo, se agredindo fisicamente ou verbalmente mesmo... Assim, nós tentamos fazer um trabalho de conscientização também com os pais, famílias e com todos que trabalham com aquela turma.

III. Quais as atitudes preventivas da escola contra a violência escolar?

PEDAGOGA B: Nós conversamos com eles já no início do ano, passamos nas salas e falamos mais ou menos como vai ser o andamento das turmas, o andamento das aulas durante o bimestre e durante o ano. Nós pedimos para eles nos comunicarem sobre qualquer coisa que eles veem e não ficam satisfeitos, ao invés de já chegarem brigando, partindo para a ignorância ou agressão verbal contra seus colegas, que ele venha primeiro comunicar ao professor, que dentro da sala tem a autoridade máxima, e se o professor assim permitir que eles venham conversar direto com a

gente, se acharmos que há necessidade, encaminhamos para os pais. Dessa forma, estamos tentando fazer uma precaução, conversando primeiro com eles e explicando “aqui somos todos colegas, viemos com o objetivo de estudar, então quando houver uma situação que não o agrada ou que você não ficou satisfeito (...), antes de qualquer briga, qualquer agressão verbal ou física, procure o professor em sala ou a coordenação.

IV. De que forma e com que frequência a Patrulha Escolar participa do cotidiano da escola?

PEDAGOGA B: Tem época que eles até passam bastante por aqui, pelo menos uma vez no dia, mas, tem outra época que a gente tem que ficar ligando e ligando, porque eles atendem também muitas escolas e são poucas viaturas designadas para fazer esse trabalho... Mas, as vezes que nós mais precisamos, nós ligamos e eles vêm, mas em outros momentos não dá tempo, porque até eles chegaram aqui o problema já foi resolvido de outra maneira, já terminou o período, já foi comunicado aos pais e os pais já vieram buscar e resolveram de outra maneira... Eles até tentam atender à todas as ocorrências, mas, eles também são poucos e não conseguem atender todos os chamados da escola. Quando nós fazemos solicitações mais frequentes, eles começam a passar pela escola durante alguns dias, depois param e só voltam quando solicitados novamente.

V. Os professores tem clareza da distinção sobre quais situações de conflito, que ocorrem dentro da escola, são da responsabilidade da própria escola e quais situações devem ser levadas ao Conselho Tutelar ou a Patrulha?

PEDAGOGA B: Eu acho que sim, porque todos que estão envolvidos com os alunos e trabalham aqui nessa escola já são professores (...) acostumados a trabalhar com crianças, então, eles sabem o que dá para eles conciliar em sala mesmo e o que tem necessidade de passar para nós. A maioria sim.

VI. Na escola já foi desenvolvido o PROERD?

PEDAGOGA B: Já.

Entrevistador: E a escola já teve contato com os Cadernos Temáticos de Enfrentamento à Violência escolar, oferecidos pelo governo do Estado nos anos de 2009 e 2010?

PEDAGOGA B: Sim. E estudamos em reunião pedagógica, fizemos palestras também, discussões internas, mesmo em horas de intervalo, a gente pega uns minutinhos a mais para discutir sobre esse material.

VII. Os professores participam de formação continuada que trate sobre violência escolar?

PEDAGOGA B: Sim, tanto os professores como os nossos coordenadores participam sempre que solicitado. Mas, parece que algumas escolas não estão envolvidas e tem outras escolas, que a gente sabe que uma vez no mês, estão tendo uma palestra sobre violência escolar. Por enquanto, a nossa escola não está participando esse ano, mas eu acho que a SEED faz por escolas, e não são todas que eles solicitam no momento. Mas a gente tem participado sim, quando eles marcam alguma coisa e nos mandam por e-mail, a gente procura comparecer.

Entrevista no colégio III

I. Quais os tipos de violência mais frequente ocorrem dentro da escola?

PEDAGOGA C: Uma das mais frequentes é o “Bullying”, ainda hoje. Que é uma forma de violência gravíssima, não tanto em quantidade, mas em frequência... Aqui, no nosso colégio é o “bullying”.

II. Na escola se debate sobre indisciplina e violência? Há algum programa específico para discutir esse assunto? E se tem, são somente os professores que participam ou também os funcionários, os alunos e os pais?

PEDAGOGA C: É assim, geralmente, quando se debate em grupo é nas grandes reuniões em que todos se envolvem, em reuniões de pais ou em reuniões de professores. Em geral, no dia-a-dia a equipe pedagógica se reúne toda a segunda-feira pra discutir assuntos referentes à escola, com a participação do diretor, da vice-diretora. Os professores são atendidos na hora-atividade, que a gente trata dos assuntos que vão acontecendo diariamente. E quando surge algum problema maior, que envolve todos os aspectos, entendeu? E nas capacitações também. Então é assim, não se para a escola para discutir um problema de violência, paramos em determinadas situações, quando tem reunião coletiva, quando tem um caso mais grave que envolve também o Conselho Escolar, só que você falou sobre indisciplina também? (...) Oh, como você é uma pessoa que está terminando pedagogia, depende do que se entende por indisciplina, porque na escola pública hoje é muito comum você chamar atenção do aluno porque ele está destruindo alguma coisa no pátio da escola, mas isso ocorre, geralmente, porque o professor faltou. Eu tenho outro problema com professor que falta hoje, falta amanhã, falta depois de amanhã e não justifica, são aqueles “faltões” da escola, sabe? Então, em uma escola deste tamanho tem dia que faltam sete professores, nesse caso, de quem é a indisciplina? Você entendeu? Assim, a gente tem que tomar muito cuidado para julgar o aluno indisciplinado, (...) se ele ficar no pátio, ele vai ficar dando tapinha, brincando, jogando pedra, vai pra quadra pegar a bola, vai se infiltrar na aula de educação física. Aqui no colégio ainda não é tão frequente esse tipo de coisa, porque aqui nós temos bastante gente pra cuidar do pátio, graças a Deus, mas foi somente esse ano, porque não tinha antes, tinha apenas uma pessoa pra cuidar do pátio em um colégio de dois mil e oitocentos alunos. Então, o que acontecia, você procurava o aluno... e ele tinha ido lá na quadra que o professor de educação física estava dando aula e tinha batido em não sei quem, quando íamos descobrir: ele era aluno de quem? “De Fulano.” Fulano não veio? “Não.” Ah, hoje não veio de novo? ...você entendeu? Então o que que é indisciplina? E aquele professor, (...) que pegou o magistério sem um pinga de vontade de fazer esse trabalho, só pegou o magistério porque o salário

sai todo dia 1°, e aquele outro professor que sabe Karl Marx de trás pra frente, sabe a teoria de cima para baixo, mas não tem competência pra lidar com uma sala de 40 alunos... está assim! Sai da universidade “afiadinho”, mas você joga ele na sala de aula, tem medo de aluno. Então o que que é indisciplina? Eu não sei. Você entendeu?

Entrevistador: Mas então, e um espaço pra discutir isso que a senhora está falando, vocês têm?

PEDAGOGA C: Nós temos na segunda feira a equipe pedagógica, a direção e vice. Quando surge algum problema é no ato, entendeu? Os professores são atendidos na hora atividade e nas reuniões que fazemos, que são gerais e que envolvem toda a comunidade escolar. Discute sim. Se bem que o nosso colégio é um colégio privilegiado, não tem tanto caso de violência assim. Então, o tipo de violência que, geralmente, pode acontecer é uma briguinha ou outra, (...) e eu vou te lembrar duma coisa, a indisciplina aqui e a violência não começa aqui dentro, sempre vem e arrebenta na nossa mesa pela internet. Mas também é outra coisa, um grupinho não se gosta aqui ou a menina da turma tal que gosta do menino tal, as de lá fizeram fofoca e as daqui mandaram chamar a outra daquele nome, aqui pelo computador, daí, a mãe vem parar aqui na escola pra gente intermediar, você entendeu? Isso é um tipo de violência também. Mas, em geral, o nosso colégio é um colégio tranquilo. Mas ainda, quanto à indisciplina, você que está começando agora, quando você estiver em uma escola, você tem que pensar muito bem antes de punir um aluno, você precisa ver, realmente, de quem é a indisciplina? E o professor que está com o estresse (...) com a Síndrome de Burnout, que quando ele põe o pé no chão pra vir pra escola ele já pensa “mas hoje eu vou dar aula?” Eu não aguento mais!” Ele está doente, porque a carga horária é pesada, aquela coisa toda, sabe? Não é que o professor é ruim, tá? Aí, ele chega na sala de aula e tem aquele lá que...é... transtorno de déficit de atenção, menino bem vestido, que aprende a matéria só que ele não consegue parar sentado, você entendeu? Aí o professor não aguenta e bota o moleque pra fora (...) “Mas botou pra fora porque?” “Porque eu levantei... porque eu olhei pra trás”. Então será que não existe uma violência do adulto para a criança? E o professor que bota um aluno pra fora, por exemplo, sem... Vamos dar um exemplo pra você. Tem um aluno gordinho na sala, e os outros estão pegando no pé

dele, mas ele não reclama. Quando é um belo dia, ele levanta e xinga o outro, fala um palavrão e o professor põe ele pra fora. A violência foi de quem? Do professor que não parou pra procurar a causa. Você entendeu? Ele foi em cima do efeito, entendeu? Daí o professor vem trazendo o aluno pra a gente assim naquele estresse (...) “Espera, calma professor.” Fulano, o que que aconteceu com você?” Aí você vai ver que tem sempre a raiz do problema pra depois você ver se é indisciplina ou se não é, e se é violência ou não. Então, o que que é violência, eu sei que tem... Mas, por exemplo, aqui no colégio a violência é na rua. Essa semana bateram em um aluno aqui, cortou aqui... cortou aqui nele e cortou o rosto do outro...bateram em três alunos aqui de manhã, alguém que desceu de um carro, bateu e ainda tomou a bolsa.(...) de manhã, antes das 7h:25min. Ontem, roubaram uma pessoa aqui à noite, então a violência lá de fora que está atingindo a humanidade, de maneira geral, está atingindo a escola também. Sendo que a nossa escola tem uma infraestrutura muito boa, você imagina as outras. (...) Você entendeu, então? Professor nervoso, professor que tá com aquela cabeça lá no passado, como é que ele vai aguentar esses adolescentes? Adolescente é debochado, você entendeu? Então, se ele tiver jogo de cintura, não gera indisciplina. Se ele não tiver, toda hora, o pedagogo tem que ir lá pra educar o moleques pra ele. Os moleques são educados, só que são debochados também.

III. Quais as atitudes preventivas da escola contra a violência escolar?

PEDAGOGA C: É um trabalho de conscientização, desde o pessoal que trabalha no pátio até os professores e alunos... é realizado com frequência.

Entrevistador: Através de palestras...?

PEDAGOGA C: Geralmente vem alguém de fora, ou nós mesmos fazemos isso. Nós estamos sempre trabalhando com a conscientização, e quando surge um caso especial de violência, isso também é trabalhado.

IV. De que forma e com que frequência a Patrulha Escolar participa do cotidiano da escola?

PEDAGOGA C: Olha... Você quer que eu seja honesta? Só quando é chamado. (...) eles aparecem... Semana passada eles estavam a semana inteira aqui, porque bateram em três ali fora, mas, eles geralmente não estão por aqui. Porque acho que são duas ou três Patrulha Escolar pra Maringá inteiro, entendeu? Não que eles tenham culpa, quando nós os chamamos eles vêm.

Entrevistador: Mas vocês chamam frequentemente, ou não?

PEDAGOGA C: Aqui não é todo dia, mas, quando nós os chamamos eles vêm.

V. Os professores tem clareza da distinção sobre quais situações de conflito, que ocorrem dentro da escola, são da responsabilidade da própria escola e quais situações devem ser levadas ao Conselho Tutelar ou a Patrulha?

PEDAGOGA C: Nem sempre.

VI. Na escola já foi desenvolvido o PROERD?

PEDAGOGA C: Já, aqui no colégio agora nesse momento não, mas foi por muito tempo, tinha uma policial de Maringá que trabalhava aqui, e era a coisa mais linda.

Entrevistador: E a escola já teve contato com os Cadernos Temáticos de Enfrentamento à Violência escolar, oferecidos pelo governo do Estado nos anos de 2009 e 2010?

PEDAGOGA C: Teve.

VII. Os professores participam de formação continuada que trate sobre violência escolar?

PEDAGOGA C: O professor participa de todas as formações continuadas que são exigidas pela SEED, não importa o tema.

I. Quais os tipos de violência mais frequentes ocorrem na escola?

Pedagoga D: Nós temos violência física, psicológica, esses dois tipos de violência.

Entrevistador: São as mais frequentes?

PEDAGOGA D: Sim, e também violência tanto faz, seja com o professor ou com o aluno. Temos violência contra o professor, que também seria a violência psicológica.

II. Na escola se debate sobre indisciplina e violência? Há algum programa específico para discutir esse assunto? E se tem, são somente os professores que participam ou também os funcionários, os alunos e os pais?

PEDAGOGA D: Nós temos, mas, na verdade, são mais os professores da equipe pedagógica e os diretores que participam.

Entrevistador: E de que forma acontecem essas discussões?

PEDAGOGA D: Em encontro quinzenal. Inclusive tem um projeto da Universidade que a Sônia Shima organiza que está ocorrendo aqui na escola. O título do projeto dela é violência escolar.

Entrevistador: E todos os professores participam?

PEDAGOGA D: Não todos. Todos foram convidados, mas devido à carga horária intensa eles não têm disponibilidade para participar.

III. Quais as atitudes preventivas da escola contra a violência escolar?

PEDAGOGA D: Nós temos, em cada sala de aula, um professor conselheiro, e então, qualquer conflito que haja na escola, o professor conselheiro é o primeiro que vai orientar. A nossa prevenção é mais focada na orientação tanto professor conselheiro, que orienta a sala, como também dos outros professores, da equipe pedagógica e da direção.

IV. De que forma e com que frequência a Patrulha Escolar participa do cotidiano da escola?

PEDAGOGA D: Na verdade nós que estamos resolvendo essas questões indisciplinadas. A Patrulha faz uma visita, não sei se semanalmente, mas, a questão disciplinar é com a gente, com equipe pedagógica, os professores e a direção.

Entrevistador: Mas não tem casos que vocês precisam chamar a Patrulha Escolar?

PEDAGOGA D: Tem, no caso de tráfico de drogas, ou de alunos estar portando armas, o que é muito difícil, mas já houve aqui. Eu sei de um caso com arma de fogo e uns dois ou três casos com arma branca, no caso, a faca. Mas não é rotina, digamos que, em todos os meus 19 anos aqui, eu vi um caso de arma de fogo e uns três casos de arma branca.

Entrevistador: Então não é frequente vocês chamarem a Patrulha Escolar?

PEDAGOGA D: Não é. Inclusive de agosto de 2011, que eu retornei do PDE, até agosto de 2012, nenhuma vez. E não sei se a escola teve que chamar, eu não me recorde de ter chamado.

V. Os professores tem clareza da distinção sobre quais situações de conflito, que ocorrem dentro da escola, são da responsabilidade da própria escola e quais situações devem ser levadas ao Conselho Tutelar ou a Patrulha?

PEDAGOGA D: Aqui nós sabemos disso, devido a muitos trabalhos feitos com os professores na semana pedagógica nós temos isso claro, nós não chamamos os policiais para qualquer coisa, não, só o que é da pertinência deles.

VI. Na escola já foi desenvolvido o PROERD?

PEDAGOGA D: Já foi, enquanto nós tivemos de 1º a 4º série dos anos iniciais o PROERD trabalhou aqui, intensamente.

Entrevistador: E a escola já teve contato com os Cadernos Temáticos de Enfrentamento à Violência escolar, oferecidos pelo governo do Estado nos anos de 2009 e 2010?

PEDAGOGA D: Tivemos.

Entrevistador: E vocês fizeram algum trabalho com esses Cadernos?

PEDAGOGA D: Não. Cada professor teve acesso a ele, mas nós não fizemos um trabalho assim... Não organizamos, sentamos e discutimos. Mas veio no e-mail de cada professor e no e-mail da escola.

VII. Os professores participam de formação continuada que trate sobre violência escolar?

PEDAGOGA D: Os professores participam de formação continuada, inclusive está tendo um grupo agora sobre a violência escolar, e tem alguns professores participando, além da equipe pedagógica e direção.